



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura

**Dialética entre Património e Arquitetura  
Contemporânea  
Projeto Adjacente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça**

**Lia Ferreira Cardoso e Silva**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Miguel João Mendes do Amaral Santiago Fernandes  
Coorientador: Arq.º Carlos Manuel Pilkington Ferro

**Covilhã, Outubro de 2012**





## Dedicatória

“(...) O equilíbrio entre a cidade e o campo, as relações de harmonia entre paisagens naturais e arquitetura dos espaços urbanos já começam a ser, em muitos sítios, uma recordação de tempos passados. No entanto, no nosso país ainda existem locais - santuários, praças públicas ou simples terreiros em aldeias humildes - que testemunham o sentido da arquitetura e que são fontes de inspiração para as gerações seguintes. A arquitetura tem portanto, o poder de evocar o sentido do tempo, do lugar e das pessoas - pessoas sem as quais nada teria sentido.”

*Croft, Vasco , em “Arquitectura e Humanismo”*

Tentar, pelo amor ao próximo e por mim mesma.

“(...) Pode dizer-se que o homem se traduz na arquitetura e que esta, por sua vez, se traduz em valores humanos.(...)”

*Croft, Vasco , em “Arquitectura e Humanismo”*



## Agradecimentos

Agradeço indiferenciadamente a todos os que me apoiaram moralmente, ou com a sua experiência me ajudaram; ao meu orientador Prof. Miguel João Mendes do Amaral Santiago Fernandes e coorientador Arqt.º Carlos Manuel Pilkington Ferro, por acreditarem no meu trabalho, sem previamente o conhecerem, e por todo o apoio que me deram, ao longo desta jornada.

E por último aos meus pais, que me apoiaram incondicionalmente, não só ao longo deste trabalho, mas durante todo o curso.



## Resumo

Sendo que projetar um edifício, integrado no centro histórico e com um monumento, considerado Património Mundial, adjacente ao local de intervenção, é considerado por muitos tarefa difícil, nesta dissertação tentou-se ultrapassar essas dificuldades, fazendo-se um projeto de um Centro Cultural e Residência Artística, com o enquadramento acima descrito, e no intuito de contribuir para uma política municipal de revitalização do centro histórico.

O Edifício IncubArte, será polivalente, concebido em três conjuntos diferenciados pelas volumetrias e tipologias pré-existentes e pelas suas novas funções. Nomeadamente no Conjunto I, uma nova e moderna forma de acesso ao Mosteiro, uma sala de exposições e um espaço de realojamento da Junta de Freguesia de Alcobaça. No Conjunto II, um auditório, um bar/restaurante café concerto panorâmico sobre a cidade de Alcobaça e no Conjunto III, uma sala de projeções, as residências propriamente ditas para artistas, em convívio com oficinas de arte, abertas ao público.

Embora constitua apenas um edifício, face a um todo Centro Histórico, não se conseguindo uma imediata reconstituição do “passeio público” de Alcobaça de outrora, a vivência artística e o mercado da arte induzirá a restante ocupação do Rossio, sem ser a mera ocupação empresarial e comercial, que desertifica os centros históricos, substituindo-se a ocupação ocasional, pelo interesse de uma permanente, dado as novas perspectivas culturais e mesmo económicas que o centro histórico passa a representar.

Sendo um equipamento raro ou inexistente em Portugal, espera-se que este Edifício IncubArte possa fazer a promoção internacional de artes e artistas regionais e mesmo nacionais através de um provável e esperado intercâmbio com centros similares no estrangeiro e artistas internacionais, em que o Mosteiro De Santa Maria de Alcobaça como Património Mundial da Unesco, servirá de âncora.

## Palavras-Chave

Património, Património Mundial, Projeto, Centros Históricos, Desertificação, Mosteiro De Santa Maria de Alcobaça, Centro Cultural e Residência Artística.





## Abstract

Since design a building, built in the historic center and a monument, World Heritage, adjacent to the site of intervention, is considered by many difficult task, this dissertation attempted to overcome these difficulties, making up a design of a cultural center and Artistic Residency, with the framework described above, and in order to contribute to a municipal policy of revitalization of the historic center.

The Building IncubArte will be multipurpose, designed in three sets differentiated by volumes and pre-existing typologies and its new functions. Set I in particular, a new and modern form of access to the Monastery, an exhibition space and a relocation of the Parish of Alcobaça. In set II, an auditorium, a restaurant /concert bar on the scenic city of Alcobaça and Set III, a projection room, the residences themselves to artists, living with art workshops, open to the public.

Although it is just a building, face a whole Historical Center, not getting an immediate reconstitution of the "promenade" Alcobaça of yore, the artistic experience and the art market will induce the remaining occupation Rossio, without being a mere business and occupation commercial, that desertification historic centers, replacing the occasional occupation, the interest of a permanent, given the new economic and even cultural perspectives that will represent the historic center.

Being a rare or nonexistent equipment in Portugal, it is expected that this building IncubArte can do to promote international arts and regional artists and even national through a likely and expected exchange with similar centers abroad and international artists that the Monastery Santa Maria de Alcobaça as World Heritage by UNESCO, will serve as the anchor.

## Keywords

Heritage, World Heritage, Design, Historic Centres, Desertification, Monastery of Santa Maria de Alcobaça, Centro Cultural and Artistic Residency.





# ÍNDICES

## Índice Geral

Enquadramento Geral.....	1
Capítulo 1 .....	2
Introdução.....	3
1 - Alcobaça .....	4
2 - Reabilitação e necessidade de intervenção arqueológica.....	15
Projeto - Proposta .....	17
Capítulo 2 .....	19
1 - Memória descritiva do Projeto .....	19
1.1 - Introdução.....	19
1.2 - Enquadramento nos Planos de Ordenamento do território vigentes.....	19
1.3- Inserção Urbana e Paisagística .....	21
1.4 - Proposta de Edificação.....	38
Conclusões e Considerações Finais .....	91
Capítulo 3 .....	93
1 - Conclusões e Considerações Finais .....	93
Bibliografia.....	95



# Índice de Figuras

Figura 1. Provável configuração da Cerca até à primeira metade do séc. XVI

Fonte: Estudo realizado a partir da análise de textos e indicações no solo visíveis em fotografias aéreas.

Figura 2. Carta da segunda metade do séc. XVIII (177...)

Fonte: Fotocópia, ocasionalmente, encontrada durante uma reunião de trabalho, na Direção Regional de Lisboa do IPPAR, nos finais dos anos 80.

Figura 3. Alcobaca 1826 - Carta de Arquivo Militar

Fonte: Carta gentilmente oferecida pelo Prof. Horácio Bonifácio e Dr. Eduardo Gonçalves Rodrigues.

Figura 4. Estudo efetuado sobre a Carta de 1826.

Figura 5. Alcobaca 1900.

Figura 6. Percurso visual pelo Mosteiro.

Fonte: Em pesquisa no motor de busca Google.

Disponível em:

<http://www.360portugal.com/Distritos.QTVR/Leiria.VR/Patrimonio/Alcobaca/MosteiroAlcobaca.html>

Figura 7. Levantamento Cadastral e Topográfico, do terreno para o qual se destina o projeto (delineado a vermelho), e imediações.

Fonte: Desenho de autoria pessoal.

Figura 8. Extremo nascente da Rua D. Pedro V

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 9. Vista sobre fachada Sul do edifício pré-existente, no sentido Nascente-Poente



Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 10. Vista sobre a fachada Sul do edifício pré- existente no sentido Poente-Nascente

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 11. Junta de Freguesia

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 12. Vista Geral da fachada pré-existente a Sul

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 13. Vista geral sobre a Rua D. Pedro V, sentido Poente-Nascente

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 14. Praça D. Afonso Henriques e continuação para Poente da Rua D. Pedro V

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 15. Vista da Rua D. Pedro V, e extremo Poente da Praça D. Afonso Henriques

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 16. Vista para Nascente da Rua D. Pedro V

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 17. Vista sobre lado Nascente da área de intervenção, Rio Alcoa, e começo do caminho pedestre junto ao Rio

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 18. Vista sobre o caminho pedestre junto ao Rio Alcoa, e área de intervenção

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 19. Vista sobre a área de intervenção e pré-existências

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 20. Vista sobre o caminho pedestre junto ao Rio Alcoa, e edifícios contíguos à intervenção

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 21. Vista para Sul do caminho pedestre, no extremo da área de intervenção



Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 22. Extremo Norte do caminho pedestre, que liga à Rua Araújo Guimarães e Rua Dr. Brillhante

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 23. Vista da Ponte sobre o Rio Alcoa, que se segue à Rua Araújo Guimarães, e vista sobre a área de intervenção (ao longe), e fachada Norte do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

Fonte: Fotografia de autoria pessoal.

Figura 24. Chalé Rino

Fonte: MARQUES, Maria - *Um Século de História de Alcobaça 1810 - 1910 - Chalets e Palacetes do Romantismo Tardio*. Tipografia Alcobacense, 2003.

Figura 25. Palacete Araújo Guimarães

Fonte: MARQUES, Maria - *Um Século de História de Alcobaça 1810 - 1910 - Chalets e Palacetes do Romantismo Tardio*. Tipografia Alcobacense, 2003.

Figura 26. Palacete do Dr. Barreto

Fonte: MARQUES, Maria - *Um Século de História de Alcobaça 1810 - 1910 - Chalets e Palacetes do Romantismo Tardio*. Tipografia Alcobacense, 2003.

Figura 27. Vista do hall da entrada principal com a receção, escadaria e elevador de acesso à ponte de ligação ao Mosteiro

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 28. Perspectiva oposta do hall de entrada com as portas de acesso às instalações sanitárias em fundo

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 29. Vista de jardim interior, loja e passagem para a sala de exposições

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 30. Acesso às instalações da Junta de Freguesia

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 31. Acesso às instalações da Junta de Freguesia



Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 32. Sala de exposições, gabinetes de administração e bar

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 33. Sala de exposições e Bar

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 34. Sala de exposições - vista a partir da entrada oposta

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 35. Corredor de separação física entre Conjuntos

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 36. Instalação Sanitária Proposta de “Manual do Arquiteto- Planeamento, Dimensionamento e Projeto”, projecto da Alan Tye Design.

Figura 37. Instalação Sanitária Proposta da Regulamentação Inglesa

Figura 38. Instalação Sanitária Proposta da Regulamentação Portuguesa

Figura 39. Vista do auditório para nascente

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 40. Vista a partir dos assentos do auditório - palco, bar e exterior

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 41. Corte técnico das bancadas

Fonte: Desenho/estudo de autoria pessoal.

Figura 42. Planta técnica das bancadas

Fonte: Desenho/estudo de autoria pessoal.

Figura 43. Vista do Bar e Restaurante no primeiro piso

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 44. Vista do Restaurante no segundo piso

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 45. Sala de Projeções e envolvente



Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 46. Acessos verticais e circulação entre residências

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 47. Sala de Projeções e envolvente

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 48. Estudo de visibilidade da sala de projeção, no caso para filmes de 16mm

Fonte: Desenho/estudo de autoria pessoal.

Figura 49. Área de repouso ao ar livre e depósitos de água recoletada

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 50. “Manual do Arquitecto- Planeamento, Dimensionamento e Projeto” - Camarins

Fonte: LITTLEFIELD, David - *Manual do Arquitecto- Planeamento, Dimensionamento e Projeto*. Bookman, 2011.

Figura 51. Esquema elucidativo das vantagens técnicas da opção

Fonte: LITTLEFIELD, David - *Manual do Arquitecto- Planeamento, Dimensionamento e Projeto*. Bookman, 2011.

Figura 52. Cobertura do Auditório com painéis solares térmicos e fotovoltaicos virados a Sul

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 53. Vista do último piso de apartamentos

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 54. Vista geral sobre o edifício

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 55. Vista sobre a fachada Norte do edifício

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 56. Saída no extremo poente do edifício, que confina com a Rua Araújo Guimarães.

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

Figura 57. Proposta de organização espacial do livro “Manual de um Arquitecto- Planeamento, dimensionamento e projeto”.



Fonte: LITTLEFIELD, David - **Manual do Arquitecto- Planejamento, Dimensionamento e Projeto**. Bookman, 2011.

**Figura 58. Vista geral sobre o edifício proposto**

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

**Figura 59. Fachada Sul do edifício proposto, Rua D. Pedro V - vista completa**

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

**Figura 60. Fachada Sul do edifício proposto, Rua D. Pedro V - vista parcial** Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

**Figura 61. Vista da entrada do edifício proposto e da ponte de ligação ao Mosteiro**

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

**Figura 62. Vista geral nordeste do edifício proposto**

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

**Figura 63. Vista geral norte do edifício proposto**

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.

**Figura 64. Vista geral norte do edifício proposto**

Fonte: Perspectiva - 3D, de autoria pessoal.





# **Enquadramento Geral**



*Capítulo 1- Enquadramento Geral*



# Capítulo 1

## Introdução

O tema desta dissertação, é essencialmente um projeto de arquitetura, com o qual se pretende o exercício de enquadramento com o Património construído, sendo o local a que este é destinado adjacente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça - Património Mundial.

Tendo isto em conta, não deixa de ser relevante também o planeamento previsto pela Câmara Municipal de Alcobaça, para as imediações do local a que é destinado este estudo, assim como os planos de ordenamento do território, pelos quais o local é abrangido, entre outros regulamentos necessários à feitura do projeto, com que se pretende realizar uma proposta de edificação para um Centro Cultural e residência artística.

A vontade de realizar este trabalho começou muito antes de fazer o curso de arquitetura. Enquanto frequentava Alcobaça, reparei em grandes cartazes (*outdoor's*) manifestando público desagrado dos proprietários do terreno, por uma década de reprovações da câmara municipal de Alcobaça sobre propostas dos proprietários de projetos para local. Os *outdoor's* afixados em toda a periferia das ruínas e do terreno, mostravam imagens desses projetos, que na altura (2004), no meu simples entender de leiga, não se enquadravam com o núcleo histórico de que pretendiam fazer parte.

Se por um lado não se enquadravam neste núcleo por serem demasiado vanguardistas, por outro, eram demasiado revivalistas, sendo que se subjugavam completamente às pré-existências ou ignoravam-nas.

Ainda hoje se mantêm as ruínas e o terreno sem qualquer arranjo. Daí nasceu a minha vontade de responder a este desafio, pensando que seria possível realizar uma proposta válida, uma vez que já na altura entendia que “algo” se poderia fazer.

Este tema, constitui portanto um desafio pessoal e profissional, em vista da complexidade de funções, que o programa por mim escolhido exige, assim como toda a integração com os



volumes pré-existentes, num processo de reabilitação. Não esquecendo a sempre difícil integração paisagística.

Neste estudo, primeiramente foi feita uma recolha bibliográfica, e pesquisa relativamente às pré-existências, dados históricos de Alcobaça, e do centro histórico desta, fazendo-se um levantamento cadastral, e topográfico o mais aproximado possível do existente, tendo como auxílio, projetos feitos nas imediações do local, cedidos pela Câmara Municipal de Alcobaça.

Seguidamente fez-se um esquiço “à mão levantada” anteprojecto, sobretudo em planta, e uma maquete urbana à escala 1:500, para maior percepção das imediações, e correto entendimento espacial.

Finalmente passou-se à fase de desenho rigoroso do projecto, e respetivas maquetes 3D, onde este evolui significativamente desde a primeira fase.

No presente Capítulo é feito o enquadramento geral, que precede ao projecto, constituindo um breve resumo da pesquisa efetuada, procurando-se ser objetivo, e alguns aspetos relevantes em centros históricos, como são o da intervenção arqueológica e a reabilitação.

No segundo Capítulo, é feita a caracterização do projecto, interior e exteriormente, assim como, no fim se teceram considerações acerca da pertinência da conservação dos armazéns pré-existentes.

O terceiro Capítulo trata das conclusões e considerações finais.

## **1 - Alcobaça**

### **Enquadramento Histórico - Cultural**

As áreas que deram origem às cidades, são geralmente consideradas Centros Históricos. Em Portugal, estes núcleos urbanos poderão ter origem em épocas Pré-Romanas e normalmente é considerado século XVIII como limite cronológico (1).

Em Alcobaça o núcleo urbano deve a sua origem (2) à Abadia Cisterciense, cuja grandeza de implantação é semelhante à área do Terreiro do Paço, ou à grande Pirâmide de Gizé (3).



O aglomerado civil embora com menos de meia dúzia de imóveis dos finais do século XVIII, traduz-se hoje por um conjunto homogéneo representativo dos finais do século XIX e início do século XX.

Os Centros Históricos (ou cidades) sempre cresceram. São uma acumulação de estratos de várias épocas, um conjunto de ideias, de vontades, materializados em sobreposições, adições, substituições, demolições (também de cores, de trepadeiras, de para raios, estendais de roupa, fios elétricos, anúncios, árvores, jardins, etc...e ultimamente, multibancos, jornais eletrónicos, parabólicas, etc.).

Existem obras que se mantêm inalteráveis ao longo dos tempos.

A Abadia Cisterciense “perfeita”, autossuficiente, como uma cidade, ampliou-se, adaptou-se a novas correntes estéticas, recorreu às novas tecnologias ao longo dos tempos, renovou-se, foi crescendo até ao que é hoje.

Como seria hoje a Abadia se o seu uso não tivesse sido interrompido em 1833 com a saída dos monges? (4)

Uma estrutura com esta envergadura não se limitará no futuro à sua “autenticidade” como testemunho de um passado irrecuperável.

Também os Centros Históricos não têm o mesmo ideal de “paragem do tempo” no entanto esse estado museológico poderá surgir devido a uma expansão da cidade completamente divorciada das suas raízes. É o caso de Alcobaça que julgamos estar em risco de ficar com o seu Centro Histórico alterado em termos de estrutura social, estando em jogo a unidade da cidade.

Vejamos em poucas linhas como tem sido o desenvolvimento da cidade:

Os Monges raramente escreviam sobre a vida exterior à sua abadia.

A Ordem de Cister ao que sabemos terá iniciado em 1153, a construção de Santa-Maria-a-Velha (hoje capela da Conceição, imóvel classificado). Este pequeno local iria servir de acolhimento aos monges durante quase 70 anos até ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (que se encontrava em construção, os acolher definitivamente).

A construção dessa imensa obra, só seria possível com muita mão-de-obra, provavelmente moço-árabes, que trabalhariam e transportariam a pedra.

Terá sido provavelmente com este núcleo de trabalhadores que surgiram as primeiras habitações dentro da cerca do Mosteiro, e também é possível que tenha acontecido o mesmo dentro das muralhas do Castelo. Com o tempo surgiram outras.

Artesãos e foragidos à lei Real buscando abrigo entre muros, visto a cerca funcionar como marco do couto.



Oficinas, Moinhas, Boticas, Celeiros, Habitações... assim terá começado a crescer timidamente a povoação dentro da cerca.

Até 1506 não temos mais qualquer notícia sobre o crescimento do aglomerado. Mas esta data é historicamente importante para a povoação.

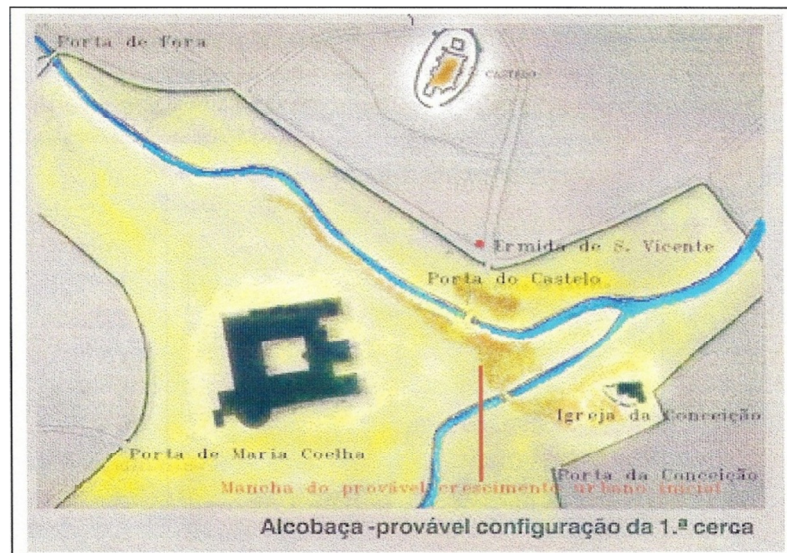


Fig.1 Provável configuração da Cerca até à primeira metade do séc. XVI

De facto, os Monges, devido à quantidade de casas dentro da Cerca, solicitaram ao Rei a mudança da povoação do interior da cerca para a aldeia mais próxima (Vestiaria), com as mesmas regalias de marco do couto. Tal nunca iria acontecer assim, serão os monges a recuar com a Cerca ficando pela 1ª vez a porta principal da nave do Mosteiro aberta sobre a Praça Pública.

De 1506 até 1826, sabemos que: Em 1712 existiam 317 habitações em Alcobaça. Construiu-se a Misericórdia em 1520 sobre a Ermida de São Vicente. Construiu-se a Igreja Nova em 1648 no terreiro fronteiro ao Mosteiro, feita à semelhança deste, e reconstruiu-se Santa-Maria-a-Velha, entretanto arruinada.



Trata-se da carta mais antiga que conhecemos da zona urbana exterior à abadia. (Fig.2)

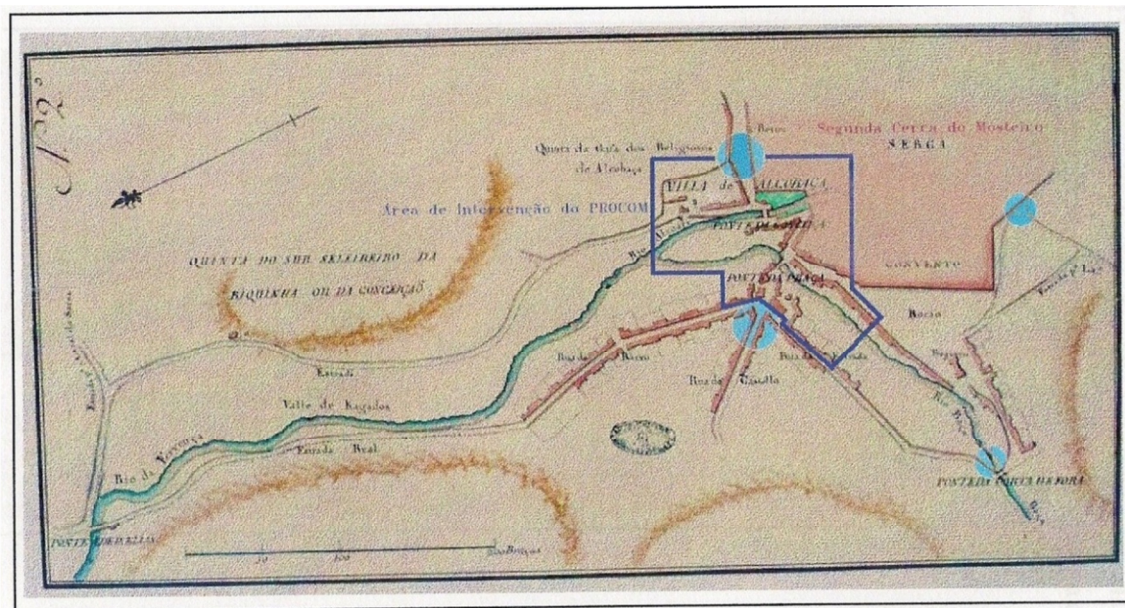


Fig.2 Carta da segunda metade do séc. XVIII (177...), Referenciamos as portas da 1ª Cerca (círculos azuis), o limite da 2ª Cerca (mancha rosa), uma zona a verde que julgamos seria de utilização mista.

Conforme se verifica nesta planta, o aglomerado urbano tem nesta data uma razoável expressão urbana.

No entanto, a importância da carta está no facto de se provar que a Sociedade Civil, assumiu definitivamente a autoridade e a individualidade face ao Poder Religioso.

De facto, já existia a Praça da Vila, que curiosamente não era o Terreiro (atual Rossio).

Situada no fundo da Alexandre Herculano, (sinal, do nosso ponto de vista da vontade do afastamento físico da abadia). Construíram-se igrejas para a população.

Em 1811 entra em Alcobaça o Exército Francês, que saqueia o Mosteiro e incendeia o quarteirão da Rua Alexandre Herculano, e também a Fábrica de Tecidos, que supomos localizava-se na Rua de Baixo.



Fig.3 Alcobaça 1826 - Carta de Arquivo Militar

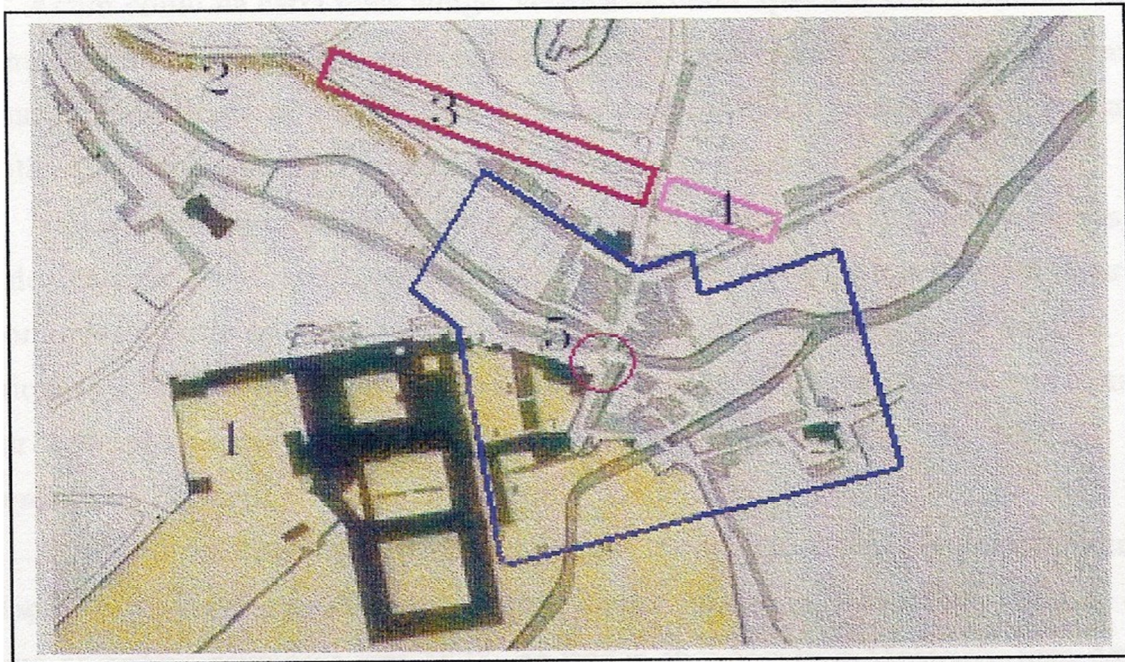


Fig.4 Estudo efetuado sobre a Carta de 1826

Legenda:

- 1- Área interior à 2ª Cerca
- 2- Vestígios da 1ª Cerca
- 3- Rua Nova de São Bernardo (atual Rua Cândido dos Reis). Esta Rua foi a primeira projetada na estrutura Urbana.
- 4- Indicação do traçado da continuação da mesma rua que não foi executada. Do nosso ponto de vista, trata-se de uma espécie de variante que se pretendia fazer para



evitar a zona da Piçarra. Note-se que o conjunto das ruas de Baixo e da Rainha, eram o acesso principal que fazia a ligação entre Lisboa e Leiria.

- 5- Praça da Vila, que nesta carta já aparece com o Pelourinho devidamente sinalizado. (note-se a este propósito que o pelourinho foi deslocado várias vezes e existem notícias de mais do que um, ou marcos nesta vila).

Esta carta representa a segunda planta mais antiga que temos conhecimento da cidade de Alcobaça. É de 1826, sete anos antes da Ordem abandonar a Abadia em 1833.

Assim como na carta mais antiga, verifica-se nesta que a 2ª Cerca continuava no alinhamento da fachada do Mosteiro para norte, e fazia da abadia como a conhecemos hoje, um volume bastante maior, pois a praça de D. Afonso Henriques e a Praça da República funcionavam como extensão dos claustros existentes.

Estes edifícios existiam e eram adegas, os celeiros, as cavalariças, as despensas, as casas dos oficiais do Mosteiro, as boticas e os barbeiros. Ainda hoje existem os Arcos que comunicam entre as duas praças, (estes arcos como o edifício que os contém, são posteriores a 1791).

A forma do Rossio está praticamente definida e o Rio Baça começa a ficar entalado entre logradouros devido à rápida construção de edifícios no alinhamento da 1ª Cerca.

As ideias da Revolução Francesa pairam na cidade, o relacionamento entre a população e Abadia agudiza-se. Assim, pouco antes da publicação da Lei que extingue as Ordens Religiosas, em 1833, os frades abandonam o Mosteiro, esta data é assim outro marco, no desenvolvimento urbano.

A cidade ficou definitivamente, entregue a si própria.

A Autarquia começa a ter um papel predominante na transformação da cidade, a 2ª cerca começa a ser demolida, a praça D. Afonso Henriques e a Praça da República tornam-se definitivamente públicas. O Pelourinho é vendido em asta pública.

No Rossio plantam-se amoreiras, cria-se um passeio público, constrói-se um coreto, chega a iluminação pública, as tarde e as noites do Rossio são animadas.

Abrem-se novas ruas radialmente sobre o Rossio, fazem-se novas pontes sobre o Rio Baça, a construção intensifica-se nas margens do rio tornando-se este num esgoto natural.

Surgem as grandes quintas que irão impedir o crescimento até aí natural da Vila.

No baldio da Roda, único local de expansão da cidade constrói-se uma praça de Touros e o Hospital da Misericórdia.

Em 1890 existem 430 habitações e 1690 habitantes.

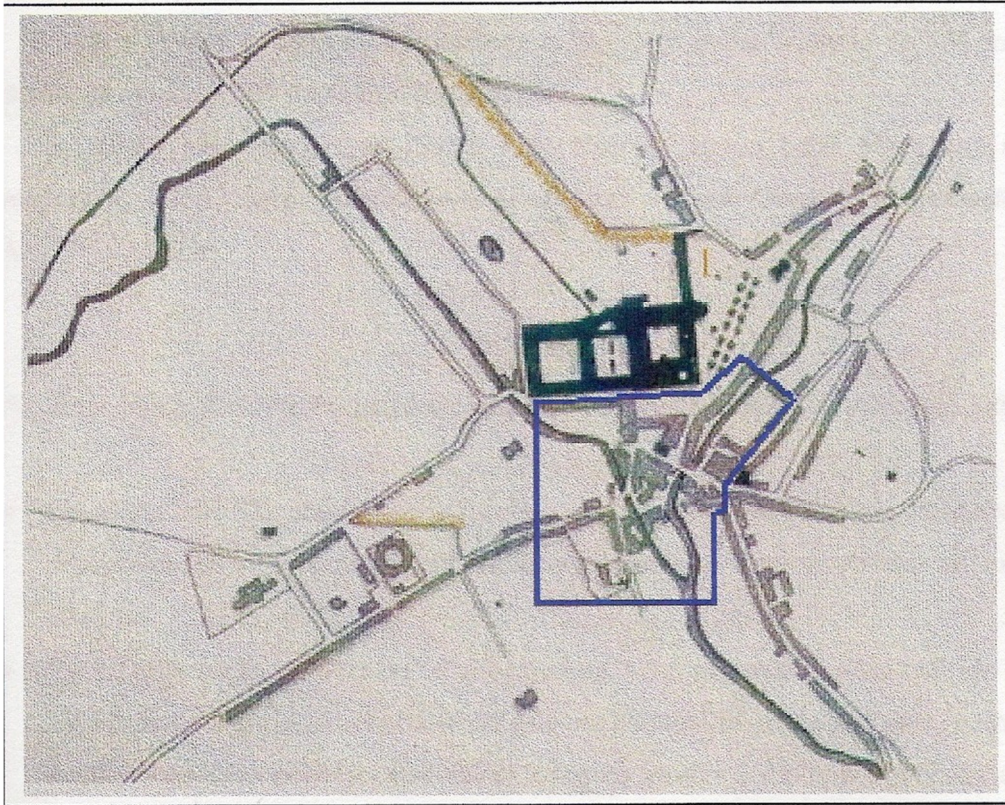


Fig.5 Alcobaça 1900

- 1- Indicação do Passeio Público no espaço fronteiro ao Mosteiro
- 2- Mancha amarela de indicação dos muros da 2ª cerca

Com a República são demolidas três Igrejas entre as quais a Igreja Nova no Rossio em 1915.

Novas ruas são abertas, o centro original altera-se, demolir, substituir, ampliar.

As quintas continuam a travar a expansão do aglomerado.

Em 1932 - mais uma data importante para a história urbana - a Câmara Municipal de Alcobaça compra a Quinta da Gafa, 33 há (quase igual, à totalidade da urbe) e muda-se do Rossio para o Palacete da Quinta. O Presidente é fortemente criticado pelo exagero da compra.

Durante anos a Quinta vai servir de Parque Público.

Em 1935 inicia-se o primeiro arranjo paisagístico no Rossio, feito em função do automóvel. Nunca mais o Rossio será o passeio público.

Em 1938 é coberto definitivamente o Rio Baça numa extensão de 600 metros dentro da cidade (Obra de Duarte Pacheco).



Nestes anos, Raul Lino, Santa Rita, Korrodi, fazem belas obras que ainda existem. Em 1957 surge a cidade planificada com o Plano Geral de Urbanização do Arq.º Vaz Martins.

Algumas conclusões/referências, deste pequeno texto e da história de Alcobaça cidade:

. Em pleno século XII, enquanto se consolidava a Nação, construía-se um Mosteiro que provavelmente seria uma das obras tecnologicamente mais evoluídas no mundo europeu.

. Para a construção de obra de tal envergadura, seria necessária muita mão-de-obra.

. Assim este território, ao contrário do que era habitual na regra de Cister, teria uma grande densidade populacional. (aliás todos os vestígios desde a Pré-história vão nesse sentido. Por outro lado não faria sentido, uma terra fértil estar desabitada.)

. Os Monges raramente fizeram referências a esta população que partilhou o mesmo espaço. Não só em termos urbanos, como nos meios rurais.

. Houve mesmo uma tentativa de deslocação da povoação de Alcobaça para outro local.

. Quando se leem várias descrições de “visitas importantes” à Abadia, e pouco sobre a população mais próxima, parece propositada esta omissão. (não se pretende aqui julgar, as razões de ambas as partes, monges/população. Apenas constatar um facto, que fará sempre, até ao presente, parte integrante desta cidade).

. Embora com a oposição e o poder da Abadia, a população procurou sempre criar a sua cidade, geri-la e valorizá-la.

. É assim que após a saída dos Monges, a população procurou sempre criar a sua cidade, geri-la e valorizá-la.

. É assim que após a saída dos Monges, a população ocupa de uma forma anárquica as dependências da Abadia.

. É assim, como hoje ainda se sabe por memória oral, que se plantaram grandes árvores à frente do mosteiro, para o esconder, e evidentemente tirar partido do Rossio.

. Porém, após essa primeira atitude, a população resolveu continuar a cidade para dentro do Mosteiro, através de edifícios públicos ou de lazer (como o cineteatro).

Foi esta a primeira e a última vez que cidade e o Mosteiro (enquanto espaço físico), funcionaram como unidade (o assunto está apenas a ser analisado de uma forma social e à época. Não sendo por isso relevante os conceitos vigentes sobre a conservação do Património).

. A cidade por influência, ou por reação à Abadia, tornou-se (entre os finais do séc. XIX e pouco mais da primeira metade deste século) uma espécie de Couto de riqueza material e cultural. De facto, Alcobaça em termos de “ranking” nacional era uma urbe bem posicionada.



Tinha uma central de camionagem só inferior à de Torres Novas, um Cineteatro dos melhores do País, tinha os melhores campos de ténis, um ótimo hospital, industria, bom comércio, etc., etc. Tinha uma cultura de vanguarda, posições políticas de vários quadrantes de forma assumida e ativa. Digamos que para a sua real dimensão era bastante cosmopolita.

. É assim que hoje temos uma cidade, que em termos de Centro Histórico, só é representativa dos finais do século XIX primeira metade do século XX. Existem alguns casos isolados anteriores, que devem ser mantidos, mas a sua coerência estrutural e edificada é posterior (note-se que, por exemplo, a arte nova, a “art deco” e o modernismo têm um conjunto de exemplares, que no seu conjunto fazem uma grande parte da imagem do Centro Histórico).

.Note-se por exemplo os casos de S. Martinho do Porto e Aljubarrota, no mesmo concelho. São Martinho do Porto tem um Centro Histórico maior, mais homogéneo, e com uma malha urbana genuína. Aljubarrota tem um conjunto edificado e uma estrutura bastante mais antiga que Alcobaça.

Temos assim duas realidades no mesmo território.

Abadia de Alcobaça, (que em conjunto com os terrenos, que ainda lhe pertencem a Sul e a Nascente (área aedificandi), tem uma superfície idêntica ao Centro Histórico) tem 8 séculos de história, que se pretendem investigar, recuperar e valorizar.

O Centro Histórico de Alcobaça, que tal como o conhecemos hoje, tem um século e meio de existência, que deve ser limpo da poluição visual, das dissonâncias, mas em simultâneo, promovendo bem-estar, qualidade de vida, autossuficiência.

- (1) Limite cronológico variável, ex. avenidas novas, vilas operárias, ArtDéco, Modernismo, etc.
- (2) Não se considera aqui, a existência mais que provável de pequenos aglomerados do período árabe ou mesmo romano.
- (3) P.G.U, Arq. <sup>tos</sup> Manuel Tainha e Gil Moreira, 1979.
- (4) Após 1833 a Abadia foi sujeita a várias ocupações e utilizações. Algumas ainda existentes. Certamente, que a continuar a sua utilização monacal até aos dias de hoje, as adaptações arquitetónicas e outras, continuaram.

O texto descritivo da evolução urbana da Cidade de Alcobaça reproduzido acima é uma produção de *Carlos Manuel Pilkington Ferro, Arq., URBCOM (Projecto de Urbanização Comercial), Alcobaça, 2001.*

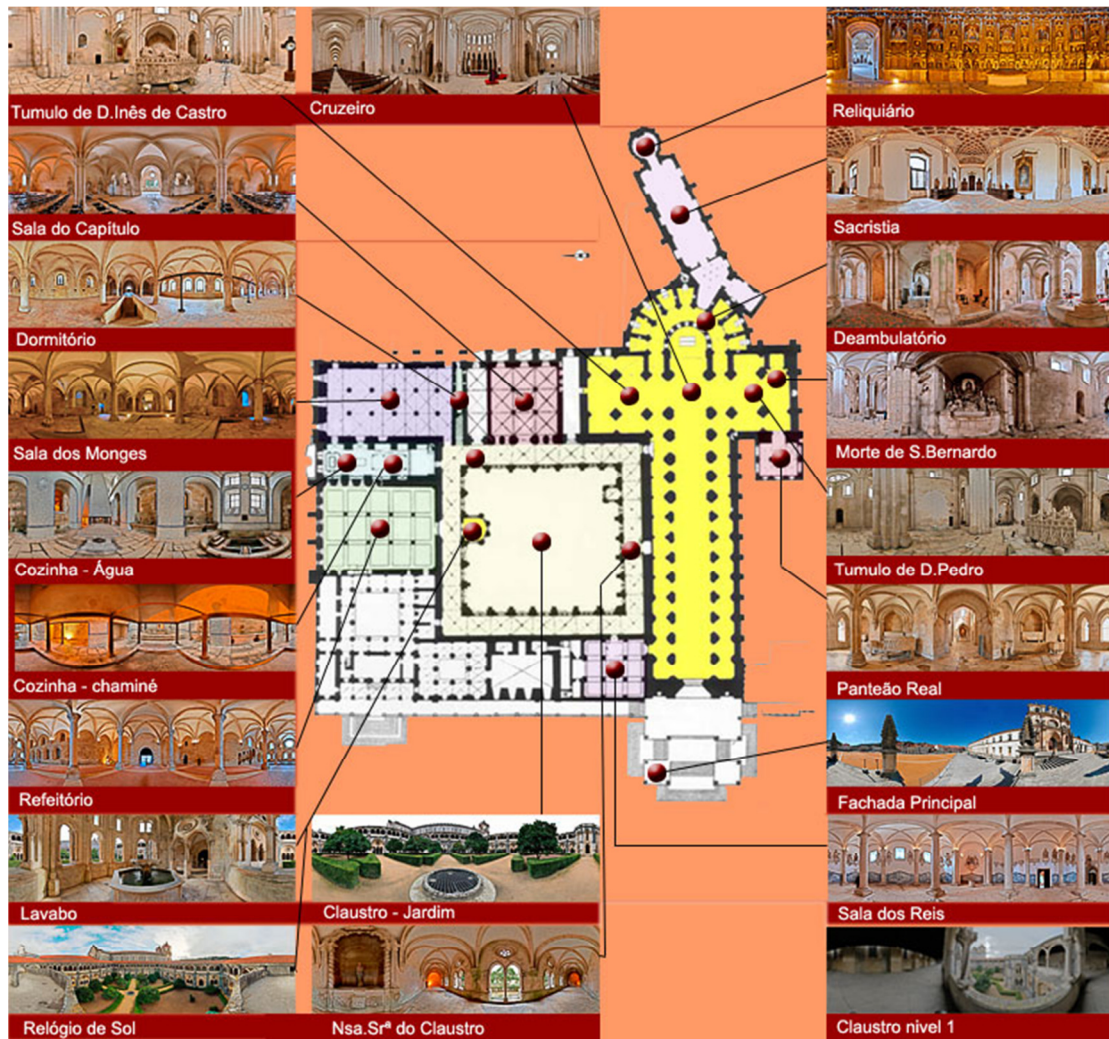


Fig.6 Percurso visual pelo mosteiro.

## Enquadramento Económico-Social

*Quando os países são fechados por fronteiras, com uma identidade económica definida por uma moeda, a conceção e execução de estratégias e de políticas autárquicas estavam diretamente dependentes da ligação entre a capital municipal e a capital nacional. Tinha-se o espaço nacional como referência. Com a criação de um espaço integrado europeu, esta articulação entre município e a capital política poderá alterar-se radicalmente, na medida em que o espaço de referência para os projetos municipais já não tem de estar circunscrito ao espaço nacional, a sua referência principal passou a ser o espaço europeu integrado.*

*Com a globalização competitiva, onde a capacidade de atração de investimentos e de atividades depende da afirmação de especialização ou de singularidades com valor nos mercados mundiais, as cidades passaram a ser plataformas económicas de primeiro plano, na*



*medida em que são concentrações de recursos qualificados que oferecem consistência, diversidade e flexibilidade para a localização de atividades económicas.*

*As redes entre cidades passaram a ser equipamentos globais e estar ou não estar integrado nessas redes é agora um critério decisivo para a hierarquia das cidades e para a determinação das suas potencialidades de desenvolvimento e de modernização.*

*Ter ou não ter um centro urbano com prestígio passou a ser condição crítica para a organização dos recursos necessários ao desenvolvimento e à modernização.*

***No espaço integrado europeu, de um lado estão as exigências de uma globalização competitiva, de outro lado, aparece a proposta da intensificação das relações entre cidades intermédias, como forma de reabilitar o espaço nacional oferecendo competências diversificadas.***

*Este seria o recurso possível para sociedades que, não tendo cidades de prestígio, procuram atingir um resultado comparável através das interligações e associações entre estruturas e equipamentos urbanos de média dimensão. Noção esta, de recurso perante uma evolução, europeia e mundial, que é desfavorável ao desenvolvimento natural e lento de pequenos aglomerados urbanos. (SaeR, Lda. 2004, páginas 7 à 102)*

Para ser bem-sucedida esta formação de redes de cidades intermédias precisa de oferecer uma dotação de recursos qualificados e de equipamentos que seja concorrencial com o que oferecem os aglomerados urbanos já existentes.

Sendo imperativo viver globalmente em cada um dos locais, para bem de uma correta e saudável distribuição demográfica e geográfica, onde a participação de todos é muito importante para o correto ordenamento do território...participação e interesse.

É neste contexto que se vê pertinência no tipo de equipamento escolhido como programa de trabalho, para junto do Mosteiro de Alcobaça - uma Incubadora Artística- que para além de não existir no território nacional, significativamente, é importante realçar que o número de alojamentos projetados para artistas, acrescenta valor ao espaço, uma vez que permite um maior intercâmbio, raramente encontrado em residências artísticas do género, internacionalmente, acrescentando valor à residência, e ao centro histórico, que se encontra desertificado.

Para além disso restituirá a Alcobaça, principalmente ao seu centro histórico, para onde este equipamento foi projetado, a vivência cultural outrora vivida:

*“(...) O Rossio revelou (...) fortes e positivos atributos como “sala de visitas” da vila. Funcionava como passeio público, com a agradável presença da alameda de plátanos que atravessava a praça, e dispunha de todo um equipamento urbano, que foi sendo*



*sucessivamente instalado, e que em certo momento fazia com que o imenso espaço da Praça se afirmasse como um todo coerente, e ao mesmo tempo multifuncional.”(Carlos Gil Moreira, revista “Oeste Cultural”, 2002, página 80)*

Embora se localize num só edifício, não estando fragmentado pelo Rossio, não se conseguindo a magnitude de outrora, uma residência artística desta dimensão, destaca-se globalmente pela ocupação que pode albergar, e trará a movimentação ao Rossio que se aproxima do anterior “passeio público”, simultaneamente acrescentando valor regional, uma vez que a vivência artística e o mercado da arte induzirá a restante ocupação do Rossio, sem ser a mera ocupação empresarial, que desertifica os centros históricos, substituindo-se a ocupação ocasional, pelo interesse de uma permanente, dado as novas perspectivas culturais e mesmo económicas que o centro histórico passa a representar.

## **2- Reabilitação e necessidade de intervenção arqueológica**

### **Intervenção Arqueológica**

*A concretização de qualquer obra neste local, onde é implantado o edifício desta dissertação, exige “(...)desde o início, o acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos passíveis de levar à identificação de vestígios que possam constituir um acréscimo aos nossos conhecimentos históricos.(...)” (Revista “Espaços ADEPA 2, página 55) Caberá esta tarefa aos serviços competentes da Câmara Municipal de Alcobaça.*

*“(...)É sobre esses vestígios que se deverá focar a atenção numa primeira fase de trabalhos, certamente não por serem particularmente extraordinários, mas porque representarão um pequeno acréscimo informativo que certamente contribuirá para o desenvolvimento de futuros trabalhos e, acima de tudo, porque representam um pretexto...um pretexto para recordar que em redor do omnipresente Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, naquele que já foi seu território, jazem tesouros continuamente esquecidos e que urge valorizar em benefício do conhecimento e das comunidades locais(...)” (Revista “Espaços ADEPA 2, página 55)*

### **Reabilitação**

*“(...)Vivendo numa sociedade amorfa às questões ambientais, apenas nas últimas décadas se verificou a preocupação em reabilitar algum património edificado. Até então, apenas se preocupavam em proteger o património histórico, deixando ruir muitos edifícios industriais e habitacionais. Mais tarde, as preocupações recaem também nos centros históricos, por relatarem a vivência de outras civilizações. Vão sendo demolidos edifícios, fora do centro histórico, que começam a apresentar traços de degradação por não corresponderem já aos aspectos estéticos, formais e funcionais.*



*Constroem-se novos e modernos edifícios no seu lugar que, muitas vezes, chocam com o conjunto onde se integram, descaracterizando a sua imagem.” (Luís Rodrigues, 2009, pág.5)*

*“(…) Tendo em conta o estado atual do ambiente e a degradação que parte dos edifícios apresentam, deve-se atuar segundo novas políticas de reabilitação que procurem sustentabilidade e meios de adaptarem as construções às novas necessidades sem prejudicar o ambiente. Esta solução apresenta-se como uma alternativa ao crescimento urbanístico, que ainda se verifica em Portugal, restabelecendo o desenvolvimento económico, social e cultural nas áreas antigas das cidades. As questões da reabilitação e da sustentabilidade são hoje temas de debate, que cada vez mais preocupam as populações e as incentiva a “construir” uma sociedade mais justa. No entanto, a união destes dois conceitos ainda é recente, facto que justifica poucos resultados a nível nacional.*

*Internacionalmente, estes conceitos já começaram a apresentar-se mais desenvolvidos, comparativamente a Portugal, sobretudo através de reabilitações de antigos edifícios industriais, em que os princípios da sustentabilidade são a base para a reabilitação. Portugal apresenta um parque relativamente “jovem”, contudo, alguns edifícios apresentam-se já degradados, necessitando de obras de conservação. Tal facto leva-nos a acreditar que este período vai ser marcado pela reabilitação e adaptação desses edifícios às necessidades exigidas pela sociedade atual.” (Luís Rodrigues, 2009, pág.6 e 7)*

*“(…) Inicialmente, recorria-se à reciclagem de edifícios que se encontravam degradados e cujas funções já não correspondiam às novas necessidades, construindo outros no seu lugar. Hoje em dia, defende-se a preservação dos edifícios, devendo-se realizar obras de reabilitação de modo a adaptá-los a novas funções.*

*Esta última solução torna-se mais viável na medida em que poupa recursos naturais na construção da sua estrutura e poupa energia que seria necessária à reciclagem dos materiais de construção.” (Luís Rodrigues, 2009, Pág.8)*

*“(…) as chaves do desenvolvimento sustentável do século XXI- ecologia, economia e igualdade social - que se têm revelado importantes na criação de cidade sustentáveis. Estes princípios permitem que se crie uma sociedade em harmonia com a natureza, ao mesmo tempo que oferece o bem-estar da mesma.” (Luís Rodrigues, 2009, pág.7)*

*“(…) Hoje, a reabilitação, mesmo que de um só edifício, tem que ter em conta fatores que estão inerentes ao conjunto onde se insere. Todos os elementos da rua estão em função do que os envolve. Caso não sejam respeitados esses fatores, verifica-se quase sempre uma incoerência no resultado final perante a imagem do conjunto.” (Luís Rodrigues, 2009, pág.8)*



## **Projeto - Proposta**



*Capítulo 2- Projeto/Proposta*



## Capítulo 2

### 1 - Memória descritiva do Projeto

#### 1.1 - Introdução

Refere-se a presente memória descritiva ao Projeto de Arquitetura do Centro Cultural de Alcobaça - IncubArte, sito em Rua D. Pedro V, Alcobaça. A área do terreno é de 3051,7520m<sup>2</sup>.

#### 1.2 - Enquadramento nos Planos de Ordenamento do território vigentes

A nossa área de intervenção, nos termos do Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor, insere-se em Espaço Urbano de nível I - Cidade de Alcobaça, e a ocupação é regulada pelas regras estabelecidas nos números 1 e 2 do Artigo 48º do PDM de Alcobaça, remetendo-nos o número 2 para o Artigoº 35º, Condicionamentos no Centro Histórico.

Está prevista uma UOPG (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão), que abrange a área de intervenção, sendo esta UOPG 7 - Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Alcobaça.

A seguir são assinaladas com visto (✓) os números cumpridos pela nossa intervenção arquitectónica, e com uma cruz (X) o que não cumprem, sendo feita a devida justificação do não cumprimento das mesmas. Os números e alíneas não assinalados, deverão ser entendidos como significantes mas não aplicáveis:

*Artigo 48º- Espaços urbanos de nível - cidade de Alcobaça*

*1 - O espaço urbano da cidade de Alcobaça é constituído pelo centro histórico, pela zona adjacente ao centro histórico e pelo restante espaço urbano identificado com a estrutura urbana consolidada, conforme delimitação da planta de ordenamento da cidade de Alcobaça, a escala de 1 :5000.*

*✓ 2 - O centro histórico da cidade de Alcobaça rege-se pelo estabelecido no artigo 35º do presente Regulamento.*

*3 - A zona adjacente ao centro histórico rege-se pelo estabelecido no artigo 36º do presente Regulamento.*



4 - No restante espaço urbano identificado com a estrutura urbana consolidada a edificação em lote livre obedecerá aos seguintes condicionamentos: (...)

*Artigo 35º- Condicionamentos no Centro Histórico*

1 - O concelho de Alcobaça possui os centros históricos da cidade de Alcobaça, São Martinho do Porto, Aljubarrota, Vale de Paredes e Cós, delimitados na planta de ordenamento.

2 - Os centros históricos deverão ser objeto de plano de pormenor de salvaguarda e valorizarão. Na sua ausência, ficam os mesmos sujeitos aos seguintes condicionamentos:

Salvo o disposto na alínea seguinte, as edificações existentes apenas poderão ser objecto de obras de conservação e de restauro;

- ✓ *Em situações excepcionais, ditadas por razões de ordem técnica ou social, a Câmara Municipal poderá autorizar obras de adaptação, de remodelação e de reconstrução com previa demolição de edificação existente, desde que precedida de vistoria que conclua pela impossibilidade técnica de manutenção da construção existente;*

c) *No caso de adaptação ou remodelação, estas só serão permitidas quando o edifício for objeto de obras de conservação e beneficiação;*

- ✓ *No caso previsto na alínea b), pode ser autorizado o aumento da cêrcea existente, desde que esta se integre no troço edificado e daí não resulte adulteração das características urbanísticas do local, não podendo ser excedida a cêrcea dominante do arruamento onde a construção se insere;*

*O pedido de licenciamento de obras nas edificações a que se reporta a alínea anterior deve ser instruído com o levantamento rigoroso da situação existente e documentação fotográfica completa, devendo o projeto de arquitetura ser da responsabilidade de arquiteto;*

*Quando admissíveis, a Câmara Municipal poderá condicionar as mudanças de uso de habitação para serviços, que devem confinar-se ao rés-do-chão, obrigando a execução de obras de conservação e restauro do edifício;*

g) *A Câmara Municipal poderá autorizar a mudança de uso para a indústria hoteleira ou similar, sem prejuízo do presente artigo e da legislação em vigor para o sector.*



Anexo (1) - Carta de Ordenamento de Alcobaça.

### 1.3- Inserção Urbana e Paisagística

O edifício “Centro Cultural de Alcobaça- IncubArte”, localiza-se na Rua D. Pedro V, em estrutura urbana consolidada.

O tecido urbano nas proximidades, é maioritariamente caracterizado, por edifícios quase devolutos, “dos anos setenta do século XIX, de grande porte, austeros, com características urbanas (...)” estes confinados a poente com o edifício deste estudo, com cêrcea que varia entre 8 e 12 metros, encontrando-se este tipo de edificações por todo o centro histórico.



Fig.7 Levantamento Cadastral e Topográfico, do terreno para o qual se destina o projeto (delineado a vermelho), e imediações.



Fig.8 Extremo nascente da Rua D. Pedro V



Fig.9 Vista sobre fachada Sul do edifício pré-existente, no sentido Nascente-Poente



Capítulo 2- Projeto/Proposta



Fig.10 Vista sobre a fachada Sul do edifício pré- existente no sentido Poente-Nascente



Fig.11 Junta de Freguesia



Fig.12 Vista Geral da fachada pré-existente a Sul



Fig.13 Vista geral sobre a Rua D. Pedro V, sentido Poente-Nascente



Fig.14 Praça D. Afonso Henriques e continuação para Poente da Rua D. Pedro V



Fig.15 Vista da Rua D. Pedro V, e extremo Poente da Praça D. Afonso Henriques



Fig.16 Vista para Nascente da Rua D. Pedro V



Fig.17 Vista sobre lado Nascente da área de intervenção, Rio Alcoa, e começo do caminho pedestre junto ao Rio



Fig.18 Vista sobre o caminho pedestre junto ao Rio Alcoa, e área de intervenção



Fig.19 Vista sobre a área de intervenção e pré-existências



Fig.20 Vista sobre o caminho pedestre junto ao Rio Alcoa, e edifícios contíguos à intervenção



Fig.21 Vista para Sul do caminho pedestre, no extremo da área de intervenção



Fig.22 Extremo Norte do caminho pedestre, que liga à Rua Araújo Guimarães e Rua Dr. Brilhante



Fig.23 Vista da Ponte sobre o Rio Alcoa, que se segue à Rua Araújo Guimarães, e vista sobre a área de intervenção (ao longe), e fachada Norte do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.



A nascente e a norte, o edifício confina com o rio Alcoa e passeio pedonal adjacente, feito recentemente (2004). Ainda a Nascente e a Norte do edifício em estudo, localizam-se dois imóveis integrados no inventário municipal do Património, sendo este a nascente o Chalé Rino, hoje um equipamento coletivo - instituição de apoio à infância, sendo um símbolo da arquitetura Romântica tardio.



Fig.24 Chalé Rino

A norte, à margem do rio Alcoa, está o Palacete Araújo Guimarães, onde é hoje a Biblioteca Municipal.



Fig.25 Palacete Araújo Guimarães

Também a norte do nosso edifício está o Palacete do Dr. José Sanches Barreto Perdigão.



Fig.26 Palacete do Dr. Barreto



Todos estes “(..) género chalé suíço, mimosas construções de uma doçura toda romântica (...)”

A fachada principal do nosso edifício está defronte com parte da fachada lateral norte do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça - Património Mundial da Unesco.

O Mosteiro de Alcobaça foi fundado numa pequena plataforma aluvio-sedimentar, sendo nessa mesma área que se encontra o edifício deste estudo, criada na confluência de duas linhas de água, os Rios Alcoa e Baça.

Encontra-se, num vale riquíssimo circundado pela Serra dos Candeeiros, pela própria cidade de Alcobaça e, do lado oposto, pelos campos do Valado e costa marítima. Este espaço é abundante em área florestal, terrenos agrícolas e linhas de água.

O edifício desta dissertação é implantado a sul na área de intervenção seguindo os alinhamentos e cêrcea do edifício confinante, em parte, até ao limite de um dos armazéns pré-existentes e mantendo a cêrcea e alinhamentos existentes na sua parte mais a nascente. Tendo-se recuperado a cota de entrada, sendo que, com a intervenção mais recente na rua D. Pedro V com o fim recuperar a cota soleira da ala norte do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, numa recente intervenção feita pelo Arq. Gonçalo Byrne em toda a área envolvente do Mosteiro (Rossio), a entrada para os armazéns e ruínas ainda existentes, encontrava-se desfasada da cota da rua, baixando-se nível da cota soleira de todas a pré-existências.

O alçado posterior (norte), segue a estrutura pré-existente, no que diz respeito aos armazéns e ruínas dos mesmos, em alinhamentos, cêrcea e áreas cobertas.

Os arranjos exteriores, adjacentes ao rio Alcoa, refletem o perfil pré-existente, e foram pormenorizados e desenhados através de um traçado regulador tirado pelos limites da edificação e limites desenhados pelo próprio terreno.

#### **1.4 - Proposta de Edificação**

O Edifício proposto desenvolve-se em três pisos principais, tendo além disso, uma cave, para estacionamento, arrumos e instalações técnicas.

Este contém vários níveis altimétricos, não sendo possível caracterizar estaticamente, um piso ligado a uma cota estandarte. Far-se-á a caracterização sendo uma cota altimétrica média de cada piso tendo por base uma interligação mais evidente de espaços.



De raiz foi pensado segundo as possibilidades espaciais dos edifícios e ruínas pré-existentes, pensando-se na sua distribuição, simultaneamente nas questões de interligação de espaços segundo uma mais óbvia funcionalidade, tendo em conta o espaço (áreas e volume) por estas ocupado, o que, a priori, fez com que se decidisse “conjuntos” por tipologia ocupacional, ainda que, não seja totalmente evidente, esta subdivisão, pelo menos de forma rígida, pois isto é feito a partir dos próprios volumes pré-existentes, contando cada um uma história “funcional” e na sua génese, temporal, pois identificam-se períodos construtivos diferentes pelos materiais utilizados, sendo que as “primeiras paredes” foram erguidas por volta da década de 50 do século XX, para armazenamento de rações e comercialização das mesmas. Antes destes, eram terrenos para cultivo de plantas medicinais pelos monges de Cister, que eram interligados por um arco, ao mosteiro, no local, ou muito próximo deste, onde se propõe neste projeto a edificação de uma ponte de ligação do edifício ao Mosteiro.

Favoravelmente à mais fácil distribuição da ocupação e à posição da ponte atrás referida, surge-nos a entrada principal, no extremo mais resguardado e próximo das praças principais do centro histórico, por ordem- Praça D. Afonso Henriques, e Praça 25 de Abril, onde se encontra a fachada principal do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

## **1º Piso**

### **Conjunto I**

#### **“Hall”**

Depois da entrada principal, entrando no edifício, de frente temos a receção, do lado esquerdo, instalações sanitárias, para homens, mulheres, e pessoas com mobilidade condicionada. Do lado direito uma escada e um elevador levam-nos para um piso intermédio, com um varandim para a entrada, onde está também a entrada para uma zona técnica. No terceiro andar, encontramos-nos no piso de acesso à ponte de ligação com o Mosteiro, e do lado oposto há um terraço exterior, para fruição do transeunte, que também dá acesso ao interior do edifício por uma porta na sua extremidade norte.

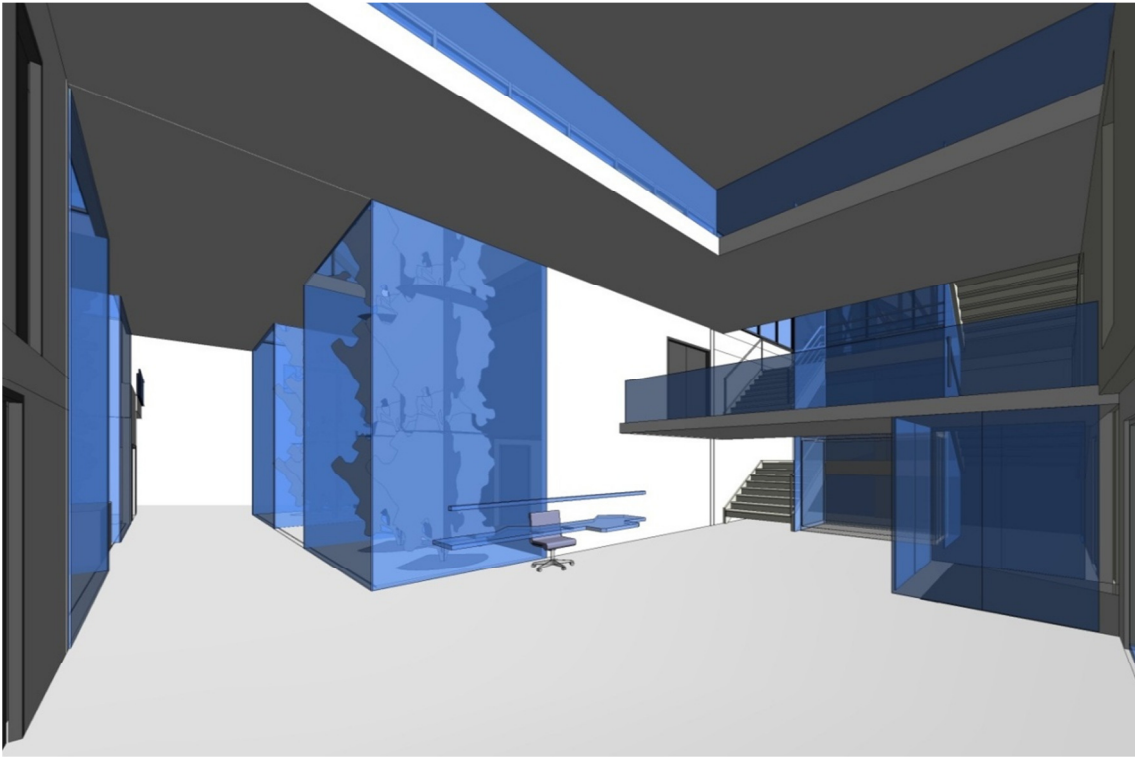


Fig.27 Vista do hall da entrada principal com a receção, escadaria e elevador de acesso à ponte de ligação ao Mosteiro



Fig.28 Perspectiva oposta do hall de entrada com as portas de acesso às instalações sanitárias em fundo



### Loja

Após atravessar o Hall de entrada, rodeados de um jardim interior, temos uma loja destinada à venda de “lembranças” relacionadas com este edifício “Centro Cultural de Alcobaça-IncubArte”, ou mesmo com Alcobaça.

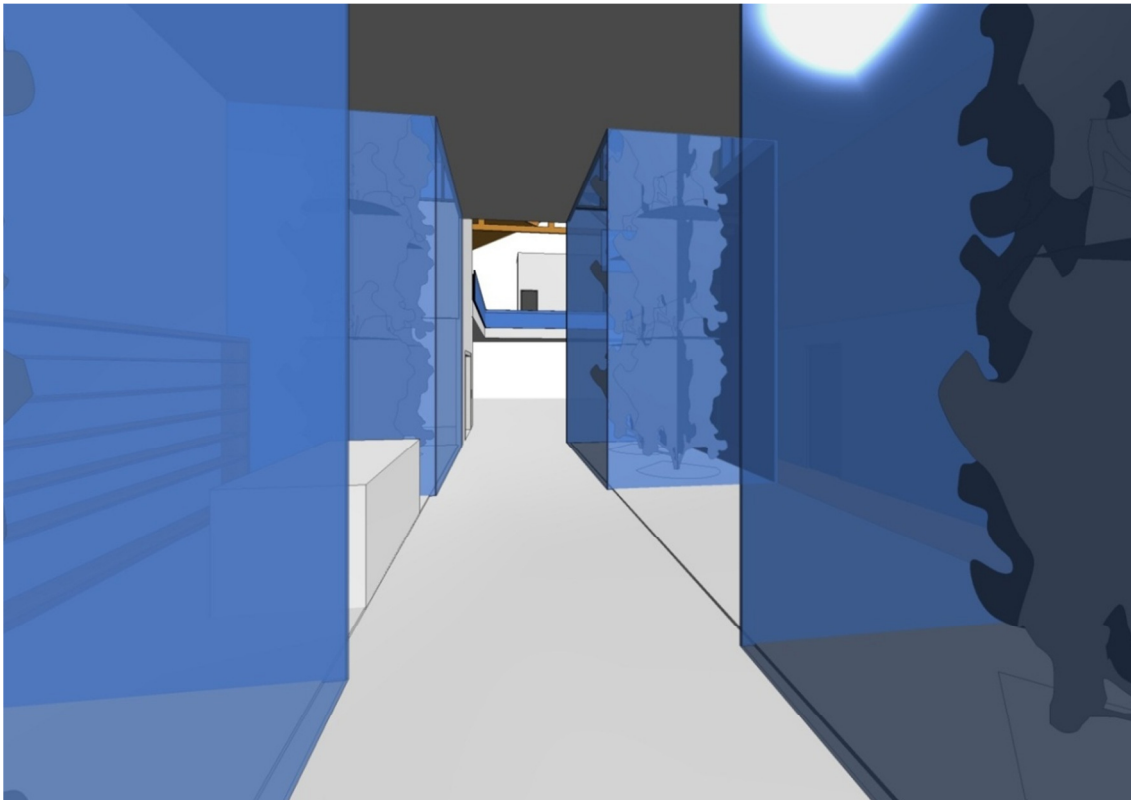


Fig.29 Vista de jardim interior, loja e passagem para a sala de exposições

### Junta de Freguesia de Alcobaça

À direita, em frente à loja “de lembranças” está a entrada da Junta de Freguesia, fazendo o jardim interior à entrada uma distinção de espaços/funções, subtilmente, justificando-se a localização da Junta perto da entrada, e no “conjunto” destinado para administração ou visita de exposições, não interferindo com os espaços de “permanência” de espectadores ou de artistas.

A Junta de Freguesia de Alcobaça localizava-se num edifício que reticulava, o edifício deste estudo, justificando-se assim a sua inserção no conjunto, até porque o espaço por ela ocupado anteriormente não tinha condições funcionais suficientes, tendo sido antes um



espaço casas de banho e sanitários públicos. Como a fachada criava uma descontinuidade desnecessária no edifício, e visto não se tratar de património rememorativo significativo, decidiu-se prolongar a fachada branca do armazém contíguo, assim como alterar algumas fenestrações de um troço mais recente do armazém mais a poente, sendo diferenciadas as novas fenestrações pela ausência de molduras “desviadas” que há nas restantes, pertencentes aos armazéns pré-existentes, optando-se por mantê-las, para atuar como memória sobre a altura e cota soleira da antiga fachada, assim como memória estética, e aproveitou-se o ritmo fito pelas mesmas, para pontuar uma possível fachada monótona.

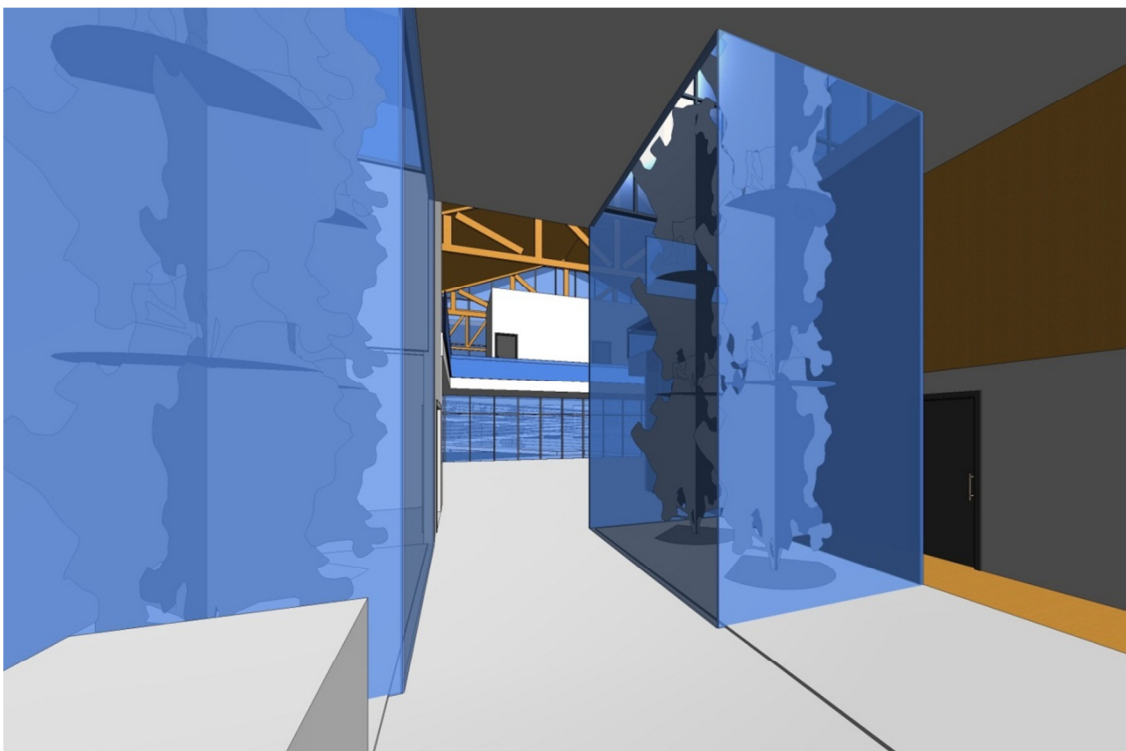


Fig.30 Acesso às instalações da Junta de Freguesia

Quanto à organização interior, a sala de espera é a divisão mais próxima da entrada sendo o ambiente “enriquecido” por parte do jardim interior, segue-se a esta o arquivo, estando este localizado entre o espaço de trabalho para funcionários, que é também na sala de espera e a sala de reuniões, havendo acesso direto por ambas.

O gabinete principal, contém área para ter uma pequena mesa de reuniões e secretária de trabalho/atendimento, tendo este vista parcial para a sala de exposições, e para o jardim interior.



A ideia deste jardim resultou de um espaço vazio pré-existente, remetendo-me para colocação de algo “verde”, ou diria mesmo “exterior” neste espaço.

### Sala de Exposições

A sala de exposições foi colocada num lugar estratégico de passagem quase inevitável, para quem percorre este “Conjunto” mesmo que não venha motivado pela fruição artística, estando muito próximo dos restantes locais públicos, como o Restaurante/bar e auditório, sendo o lugar com pé direito mais alto, propício para exposição de trabalhos de grandes dimensões, tendo também muita iluminação natural, vinda dos seus dois extremos.

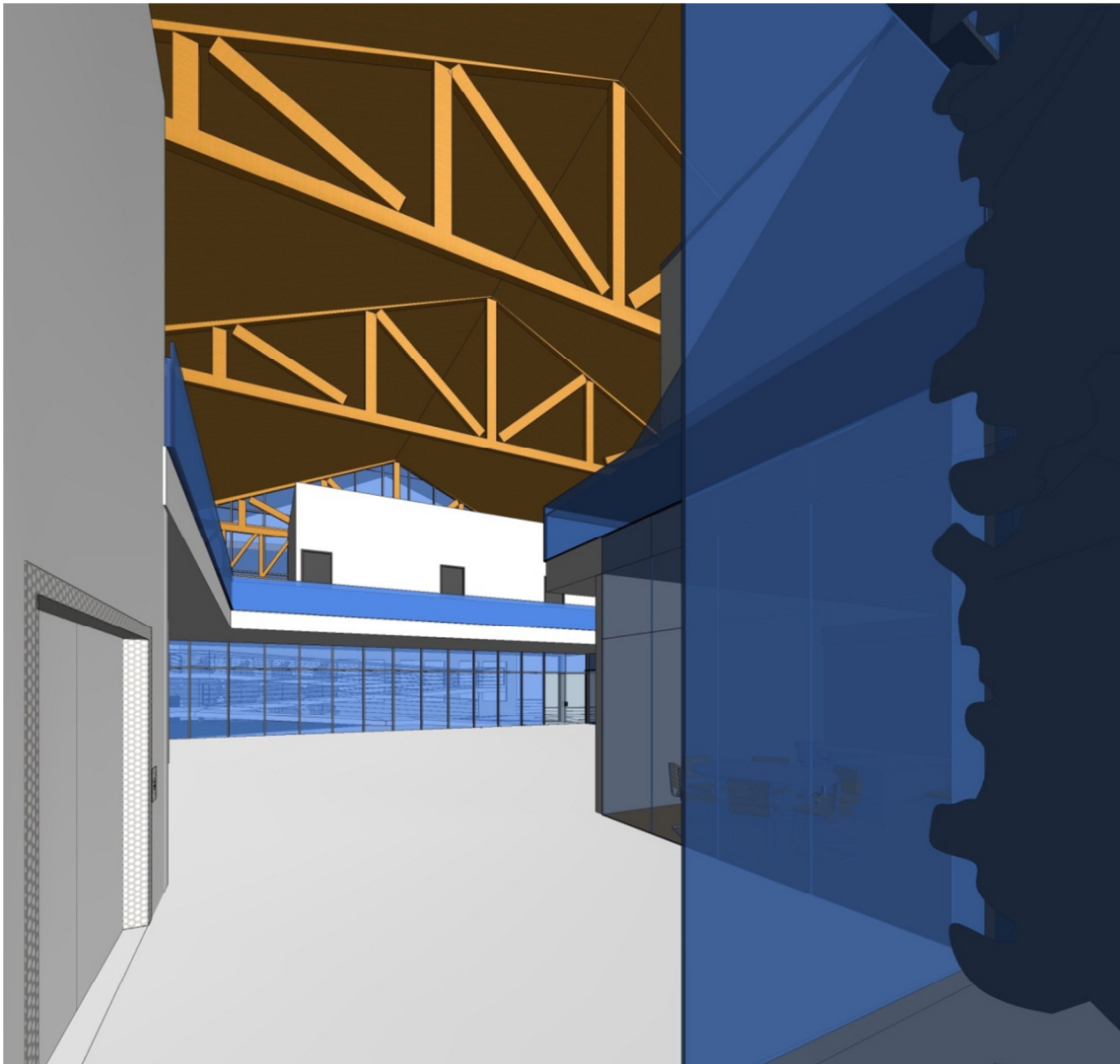


Fig.31 Vista de entrada na sala de exposições



No extremo mais a norte deste espaço encontra-se uma saída que dá ligação com a Rua 16 de Outubro e a Rua Araújo Guimarães, no Centro Histórico, e com o espaço exterior do edifício, procurando-se que esta passagem fosse um espaço de transição agradável, através de um jardim interior e iluminação do pavimento desenhado através do mesmo traçado regulador do desenho dos elementos que constituem o espaço exterior, este para fruição de atividades ao ar livre, e do rio Alcoa.

Por cima da Sala de Exposições encontram-se os gabinetes de administração deste Centro Cultural, com acesso por escada e elevador, permitindo que pessoas com mobilidade condicionada acedam ao primeiro andar do restaurante/bar, simultaneamente.



Fig.32 Sala de exposições,gabinetes de administração e bar



Fig.33 Sala de exposições e Bar

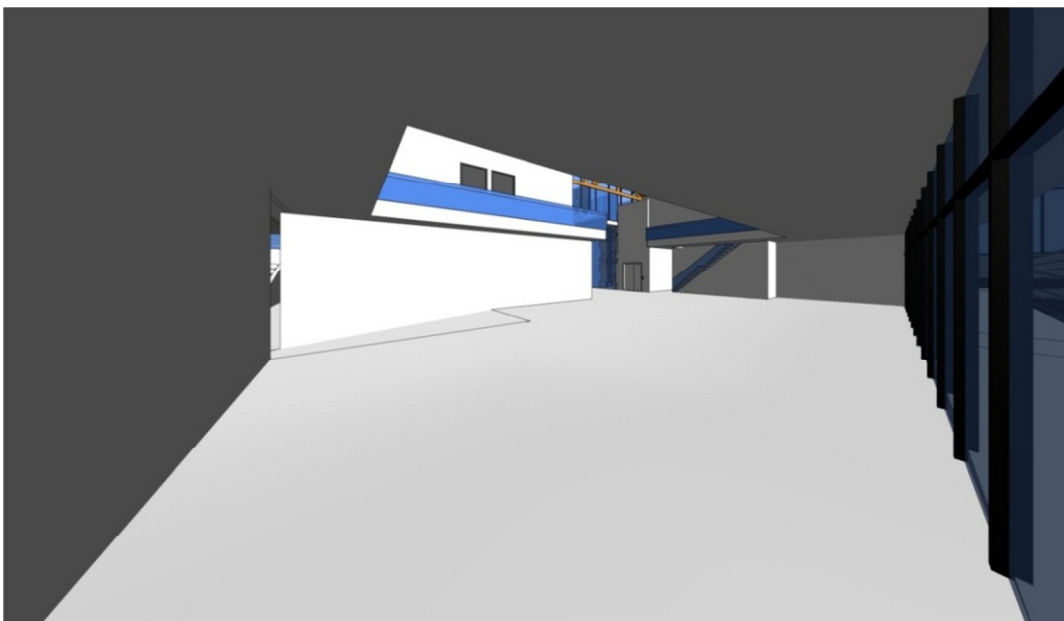


Fig.34 Sala de exposições - vista a partir da entrada oposta



## Conjunto II

Este módulo do edifício está ligado por algumas dependências ao “Conjunto I”, anteriormente descrito, havendo uma passagem de interligação direta ao espaço dominante criado neste módulo, que é o auditório, sendo esta no Restaurante/Bar, de onde se poderá assistir a espetáculos, criando-se uma “plateia dupla” de naturezas diferentes, sendo uma especificamente para assistência, de espetáculos e conferências, e o restaurante/bar, para uma presença mais informal e descontraída neste lugar. Uma vez que o extremo exterior do restaurante/bar partilha o palco com a plateia específica do auditório, eventualmente poder-se-á fazer espetáculos de menos dimensão só para se assistir do restaurante/bar.

A entrada principal para este conjunto é feita no extremo lateral esquerdo de uma abertura, ou “corredor” feita entre a edificação para fazer o edifício “respirar”, além de fazer ligação direta com a parte exterior de onde se pode fruir o rio Alcoa e panorama sobre o núcleo histórico urbano.



Fig.35 Corredor de separação física entre Conjuntos



Esta passagem ao ar livre é ao mesmo tempo uma divisão que acrescenta funcionalidade ao edifício, principalmente em caso de incêndio, e mesmo para evacuação de pessoas de forma adequada, sem perturbar a zona dos dormitórios/ateliês, de onde não se retira a intenção de ser visitável. Até porque acrescenta valor ao conjunto ver o trabalho dos artistas residentes a ser feito enquanto decorrem outras atividades.

### **“Foyer”**

A “entrada principal” deste conjunto é feita pelo “foyer”, contendo 42,56 m<sup>2</sup>, respeitando o mínimo permitido por lei, que neste caso seria de 40,5 m<sup>2</sup>, sendo tirada a medida através da fórmula  $S = n/4$  com  $n$ = número de espectadores e  $S$ = área correspondente em m<sup>2</sup>.

Ainda no “foyer”, de frente para a entrada, encontra-se o balcão de atendimento sendo desenhado em planta as dimensões necessárias mínimas, para o seu correto funcionamento. Teve-se como referencia os desenhos da página 507, do livro “Manual do Arquiteto-Planeamento, dimensionamento e projeto”, de David Littlefield, 2011.

O bengaleiro, situa-se por trás do balcão da receção, tendo capacidade suficiente para albergar itens guardados por 158 pessoas, pois para este número segundo o gráfico apresentado na página número 82, do livro “Manual do Arquiteto - Planeamento, dimensionamento e projeto”, de David Littlefield, a área mínima aproximada para 150 pessoas é de 5 m<sup>2</sup>. Há um acesso para o bengaleiro pelo balcão de atendimento, sendo possível a passagem de funcionários sem perturbar o trabalho ao balcão. A zona de atendimento deste, encontra-se resguardada das vistas para a entrada, sendo-lhe transversal.

Todas as referências entre legislação portuguesa e o livro citado acima, foram comparadas a fim de se tirar o melhor proveito das possibilidades do espaço disponível para este projeto, respeitando-se sempre a legislação portuguesa, quando esta apresenta indicações métricas para um conforto superior do que as apresentadas no livro “Manual do Arquiteto-Planeamento, dimensionamento e projeto”, de David Littlefield, 2011.

### **Instalações sanitárias, para o auditório**

Neste espaço embora o livro “Manual do Arquiteto- Planeamento, dimensionamento e projeto”, de David Littlefield, 2011, indicasse um número acima de loiças para as instalações sanitárias, do que a legislação portuguesa, optou-se por seguir esta última, por questões de otimização dos restantes espaços contíguos a estas.

Então, segundo esta legislação, Decreto Regulamentar nº 34/95 de 16 de Dezembro, no artigo 58º:



a) Sanitários para homens:

- Um urinol por 40 pessoas;
- Uma retrete por 100 pessoas;

b) Sanitários para senhoras:

- Uma retrete por 50 pessoas.

Tendo em consideração, o livro citado “Manual do Arquiteto”, tem-se em conta que metade da ocupação será feminina e outra metade masculina, sendo 50% por 50% para 158 lugares/pessoas (ocupação máxima), pois na legislação portuguesa não se faz referência à média por sexos que se deve ter em conta.

**Instalações sanitárias para pessoas de mobilidade condicionada**

Relativamente à instalação sanitária para pessoas de mobilidade condicionada, optou-se por fazer uma solução otimizada, apresentada no livro citado “Manual do Arquiteto”, diferentemente da comumente utilizada e igual à solução otimizada que este livro propõe:

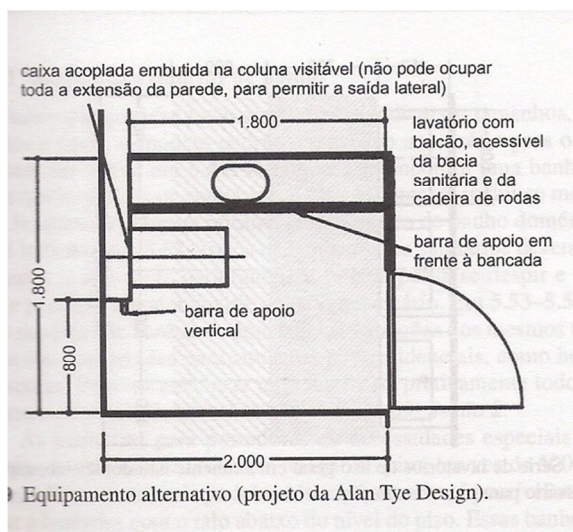


Fig.36 Instalação sanitária Proposta de “Manual do Arquiteto- Planejamento, Dimensionamento e Projecto”, projecto da Alan Tye Design.

Neste caso optou-se por motivos formais e funcionais, como alinhamentos de paredes, e espaços de circulação com largura viável, encurtar o comprimento da I.S. para pessoas com mobilidade condicionada, tendo a I.S. 1.80 m x 1.80 m, na generalidade, sendo a exceção a I.S. da entrada principal, tendo de comprimento 2 m.



As regulamentações no Reino Unido contêm um projeto padrão de compartimento para pessoas de mobilidade condicionada:

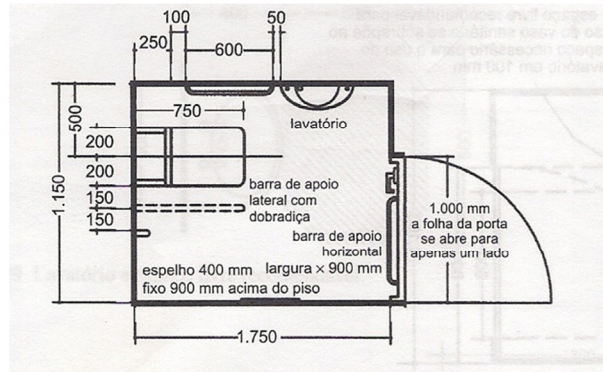


Fig.37 Instalação sanitária Proposta da Regulamentação Inglesa

A planta alternativa da Alan Tye Designs (Fig.36), “(...) que incorpora os princípios das recomendações de Selwyn Goldsmith em equipamentos simples e agradáveis.”

Segundo a legislação portuguesa, o Regulamento Decreto-Lei n.o 163/2006 de 8 de Agosto, as instalações sanitárias devem ter a seguinte disposição e medidas:

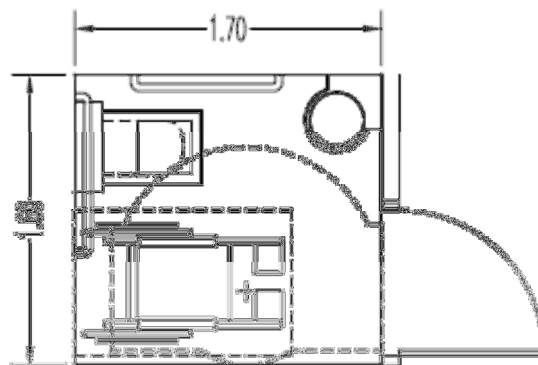


Fig.38 Instalação sanitária Proposta da Regulamentação Portuguesa

Observando as três opções acima mostradas, verifica-se que a solução escolhida, feita pelo gabinete da Alan Tye Design, acaba por ter uma configuração mais favorável, tendo também maiores dimensões. Porém, em alguns casos como neste do auditório o comprimento da I.S. é igual à largura, não sendo inferior, porém, ao exigido pela legislação portuguesa, tendo 1,80 m, e sendo exigido 1,70 m.



A localização da instalação sanitária para pessoas de mobilidade condicionada, foi escolhida para ter o “caminho” mais curto possível, estando entre as instalações sanitárias para homens e para mulheres.

O acesso para as instalações sanitárias do auditório pode ser feito diretamente pelo extremo esquerdo da bancada do mesmo, sem passar pelo Foyer, e por este último igualmente, estando separadas as instalações sanitárias por portas destes lugares. A largura dos acessos corresponde ao exigido no, Decreto Regulamentar nº 34/95 de 16 de Dezembro, artigo 69º, não sendo inferior a 142,2 cm, neste caso.

### **Auditório**

Mostram-se a seguir duas vistas panorâmicas gerais.

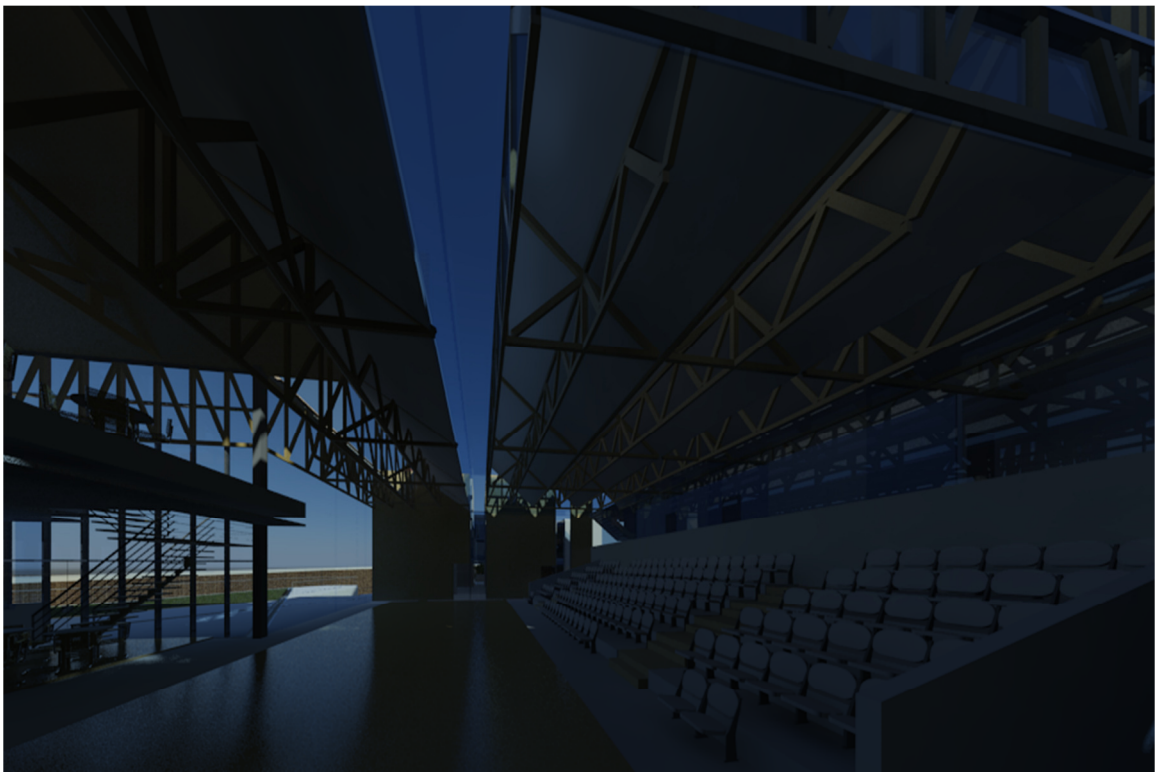


Fig.39 Vista do auditório para nascente



Fig.40 Vista a partir dos assentos do auditório - palco, bar e exterior

### **Bancadas do Auditório**

O auditório é constituído por 158 lugares, quatro destes para pessoas de mobilidade condicionada, respeitando o exigido na Secção 3.6, 3.6.1 nº 4 do Decreto - Lei 163/2006, tendo quatro lugares, no caso de salas ou recintos com uma capacidade entre 101 e 200 lugares. Estes lugares localizam-se todos na fila da frente, pois por razões de funcionalidade do todo optou-se por não fazer acessos a partir do “foyer”, por meio de vomitórios entre fileiras de assentos, ou mesmo criar um acesso direto para uma fila superior, iria prejudicar os tipos de ocupação necessárias ao funcionamento da sala de espetáculos.

Os acessos às bancadas (coxias) respeitam o artigo 69º do mesmo regulamento, tendo estas 1,80 m de largura.

Estas possuem por sua vez, dois acessos (coxias), sendo que pelo artigo 62º do Decreto Regulamentar nº 34/95 de 16 de Dezembro, as filas de lugares não devem, em regra, ter entre coxias 16 unidades ou de oito unidades no caso de serem estabelecidas entre uma coxia



e uma parede. Nesta caso há filas de lugares com quinze unidades, seis unidades, e quatro unidades, esta no caso de ser junto a pessoas com mobilidade condicionada.

#### **Assentos da plateia**

*“Decreto Regulamentar nº 34/95 de 16 de Dezembro, Artigo 61º, Cadeiras destinadas a espectadores, 1 - Nas cadeiras destinadas a espectadores, o assento deve ficar acima do pavimento 45 cm e ter, pelo menos, 45 cm de largura e 45 cm de fundo.”*

Neste caso os assentos ficam acima do pavimento 36 cm, mas de acordo com o estudo a seguir apresentado, com as linhas de visão, essa altura é suficiente, pois todos os espectadores apreciam o espetáculo sem obstruções. De resto cumpre os mínimos tendo 47 cm de largura cada assento e 50 cm de fundo.

*“Artigo 4º*

#### *Determinação da lotação dos recintos*

*1 - A lotação dos recintos deve ser determinada de acordo com os critérios indicados nos números seguintes.*

*2 - O número de ocupantes a considerar em cada local deve ser obtido pela razão entre a sua área interior e o índice de ocupação a seguir indicado, em função do seu tipo, arredondado para o inteiro superior:*

*a) Tipos A1, A3, A4 e A5:*

*Zonas reservadas a lugares sentados individualizados - número de lugares;*

*(...)”*

*“Artigo 62º*

#### *Filas de cadeiras*

*3 - Em locais dos tipos A3, A4 e A5 são ainda permitidas filas de cadeiras não fixadas ao pavimento ou entre si, desde que dispostas em grupos de 5 filas de 10 unidades, no máximo, circundados por coxias.*

*5 - O espaçamento mínimo entre a vertical que passe pelo ponto mais saliente das costas de uma cadeira e os elementos mais salientes da fila imediatamente anterior, na combinação de qualquer das posições, não pode ser inferior a 35 cm.*



6 - Nos locais dos tipos A1, A3 e A4 são ainda admitidas filas com um máximo de 40 lugares, quando sejam satisfeitas simultaneamente as seguintes condições:

- a) O espaçamento entre filas, medido nas condições do nº 5, não seja inferior a 60 cm;
- b) Existam, de ambos os lados do local, coxias longitudinais com a largura mínima de 2 up;
- c) Existam, ao longo de tais coxias, saídas do local, regularmente distribuídas, à razão de uma por cinco filas, com a largura mínima de 2 up;”

Nota: 1up (unidade de passagem) = 90 cm

#### **Linhas de visão da plateia sentada**

Para que cada membro da plateia tenha uma visão ininterrupta da plataforma ou do palco acima das cabeças à frente e sem obstrução de balanços (no caso de balcões, galerias e camarotes), o corte e a planta baixa do auditório precisam seguir certas limitações impostas pelas linhas de visão verticais e horizontais.

Para se calcular as linhas de visão é preciso estabelecer:

P- O ponto de referência mais baixo e mais próximo sobre o palco ou plataforma que a plateia consegue ver com clareza.

DH - A distância horizontal entre os olhos das pessoas sentadas na plateia, que está associada ao espaçamento entre fileiras e pode variar entre 760 mm a 1.150 mm ou mais.

AO - A altura média do olho a 1.120 mm acima do nível do piso teórico: a altura exata do olho depende da altura do assento.

O - A distância entre o centro do olho e o topo da cabeça, considerando 100 mm como a dimensão mínima para o cálculo das linhas de visão. Para garantir uma visibilidade sem obstruções acima da cabeça das pessoas sentadas na fileira da frente, essa dimensão deve ter no mínimo 125 mm.

D - A fileira de assentos à frente: a distância entre o ponto P até a extremidade do indivíduo mediano sentado na fileira da frente.



O corte longitudinal apresenta o piso escalonado com uma declividade produzida pelo cálculo da linha de visão.

Dessa forma, todos os membros da plateia desfrutam de condições de visibilidade semelhantes.

A declividade acentuada, é uma condição satisfatória para uma fileira única de assentos sem nenhum balcão e particularmente adequada para o formato de palco aberto.

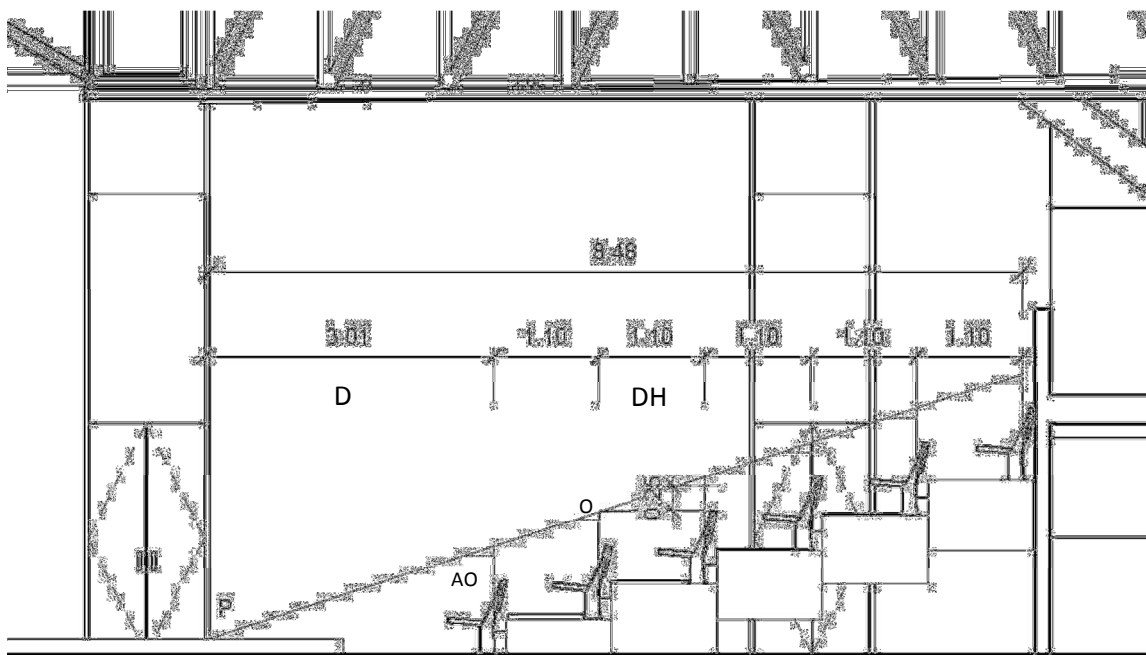


Fig.41 Corte técnico das bancadas

Estudo feito a partir do livro “Manual do Arquiteto - Planejamento, Dimensionamento e Projecto.”- David Littlefield, 2011.

#### Linhas de visão horizontais

Considerando uma plataforma com um tamanho e um formato específicos, as linhas de visão horizontal limitam a largura da área de assentos do auditório. Isso é o mais importante para os palcos italianos e para a projeção de filmes, vídeos e diapositivos (slides).

Sem movimento da cabeça o arco necessário para se visualizar toda a plataforma ou palco no plano é de 40° em relação aos olhos.



A Linha de visão horizontal do artista também precisa de ser considerada.

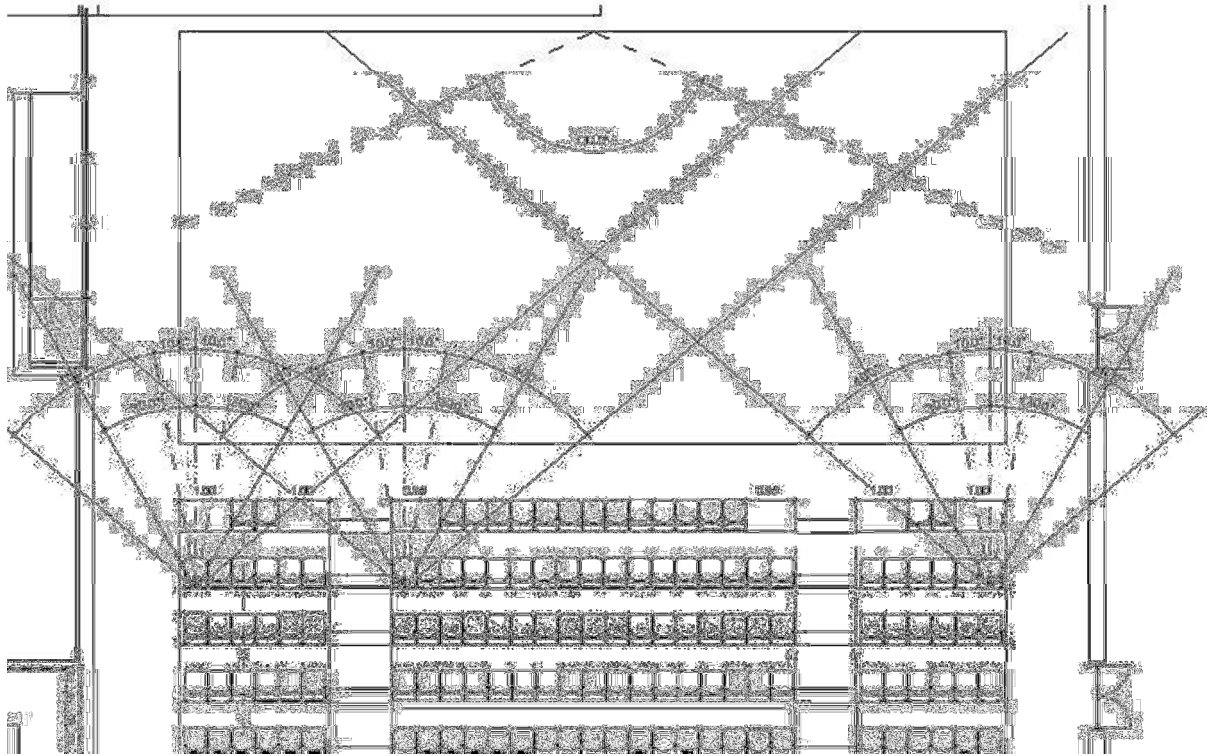


Fig.42 Planta técnica das bancadas

### **Circulação no auditório**

O auditório possui duas saídas “diretas” para o exterior, isto é, para a passagem que faz “respirar” o conjunto edificado e que faz ligação direta para a rua D. Pedro V, e para o pátio do edifício este fazendo ligação também com a rua Araújo Guimarães. Através do Foyer terá a terceira saída, este número de saídas constitui o mínimo regulamentar para o número de espectadores máximo da sala:

*Decreto Regulamentar nº 34/95 de 16 de Dezembro:*

*“Artigo 73º*



1 - Os locais do tipo A com lotação superior a 50 pessoas devem possuir, no mínimo, duas saídas, tão afastadas quanto possível, por forma a evitar que sejam simultaneamente bloqueadas pelo efeito de um mesmo sinistro.

1 - No caso de locais com lotações superiores a 50 e não superiores a 1000 pessoas devem ser previstas, no mínimo, três saídas, repartidas pelo seu perímetro, nas condições do número anterior.”

“Artigo 74º

*Capacidade de evacuação e distribuição das saídas*

1 - Para o cálculo da capacidade de evacuação das saídas, o número de ocupantes dos locais deve ser arredondado para a centena superior.

2 - Nos locais com duas saídas, a largura mínima de cada uma deve calcular-se na base de 1 up/100 pessoas ou, no caso de recintos ao ar livre, na base de 1 up/300 pessoas.

3 - Nos locais onde existam N saídas, com  $N > 2$ , a capacidade total de qualquer conjunto de N-1 saídas deve satisfazer o critério referido no número anterior.”

Segundo o mesmo decreto de lei as saídas do auditório devem ter no mínimo 1,80 m para um número máximo de espectadores de 158, sendo que a sua largura no projeto é de 2,55 m nas saídas diretas para o exterior (corredor externo), e para o foyer 1,48 m, não tendo a mesma capacidade de evacuação que as outras duas, sendo que estas em largura compensam esta última, mas deve-se ter em conta, que saindo diretamente do foyer ter-se-á uma capacidade de evacuação de 2,33m.

Entre espaços específicos de atividades e suas respetivas saídas, em todo o edifício percorrem-se distâncias inferiores a 40 m, como é exigido no artigo que se segue:

“Artigo 68º

*Limitação das distâncias a percorrer pelo público*

1 - A distância real máxima a percorrer pelo público até uma saída do local deve ser de 40 m.

2 - Nos percursos em impasse, a distância a percorrer é limitada a 10 m.

3 - Nos locais ao ar livre, as distâncias referidas nos números anteriores podem ser, contudo, duplicadas.”



O artigo que se segue referente a portas de saída utilizáveis por mais de 200 pessoas, também é cumprido.

*“Artigo 50º*

*2 - As portas de saída utilizáveis por mais de 200 pessoas devem ser equipadas com barras antipânico.*

*3 - Os dispositivos de segurança destinados a impedir a utilização abusiva das portas de saída carecem de prévia aprovação pela DGESP ou pela câmara municipal.*

*5 - As portas de acesso às vias de evacuação devem, quando possível, ser recedidas, a fim de não comprometer o tráfego nas vias quando se encontrem total ou parcialmente abertas.”*

*6 - Nos casos de manifesta impossibilidade do cumprimento do disposto no número anterior, os respetivos batentes devem ter possibilidade de rodar segundo um ângulo que lhes permita encostar totalmente à parede adjacente a porta quando se encontre na posição aberta.*

*7 - Em qualquer dos casos anteriormente referidos, as portas de saída, quando se encontrem nas posições intermédias de abertura, não devem reduzir as larguras úteis mínimas impostas pelo Regulamento em mais de 50%.”*

**Restaurante**

*Teve-se em conta o Decreto Regulamentar nº4/99, 1 de Abril- Requisitos técnicos dos estabelecimentos de restauração e bebidas.*



Fig.43 Vista do Bar e Restaurante no primeiro piso

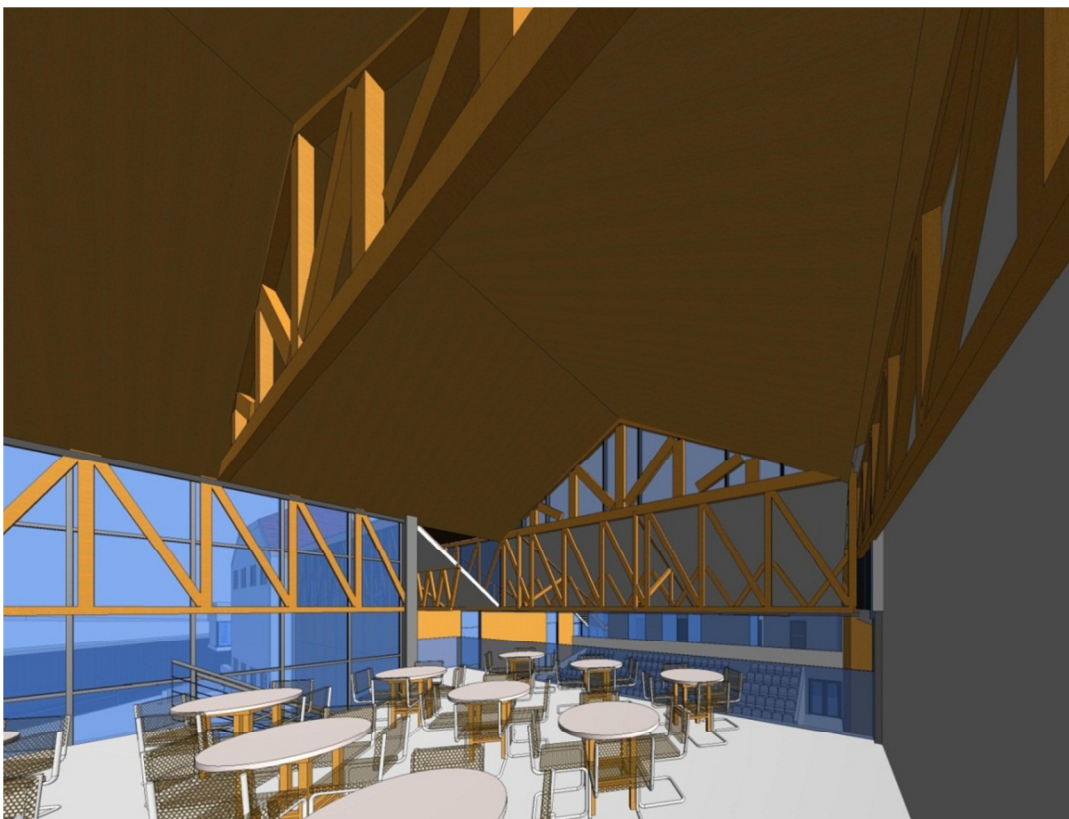


Fig.44 Vista do Restaurante no segundo piso



### **Cozinha e Bar**

A Cozinha está dividida em duas partes- Copa Limpa e Copa Suja- estando no meio destas o Bar, e respetivo balcão. A cozinha possui a área mínima permitida, 6m<sup>2</sup> para a copa limpa, e outros 6m<sup>2</sup> para a copa suja. A área do bar é de 3,8 m<sup>2</sup>, espaço que resulta da formatação da cozinha.

O bar contém um balcão de serviço com 60 cm de largura por 280 cm de comprimento, com armários em baixo para arrumação, por sua vez o balcão de atendimento também tem armários por baixo para arrumação de utensílios.

### **Espaço público do Restaurante**

Tendo em conta o Decreto Regulamentar 4/99 de 1 de Abril, o restaurante/café, terá a seguinte ocupação:

O bar tem dois lugares sentados ao balcão, onde se teve em conta 0,75 m<sup>2</sup> para cada lugar sentado. O piso térreo do bar contém 24 lugares sentados, tendo-se para cada lugar uma área de 0,75 m<sup>2</sup>, contendo a sala uma área de 62,97 m<sup>2</sup>.

Este restaurante contém ainda um piso elevado, para um maior número de lugares, e usufruto de vistas sobre o auditório, o rio Alcoa, e Alcobaça, tendo uma área de 87,29 m<sup>2</sup>, e 56 lugares sentados, com uma área por lugar de 0.75 m<sup>2</sup>.

*“Artigo 17.º*

*Capacidade 1 - O número máximo de lugares dos estabelecimentos de restauração é fixado em função da área destinada ao serviço dos seus utentes nos termos seguintes:*

*a) Nos estabelecimentos de restauração com lugares sentados, 0,75 m<sup>2</sup> por lugar;*

*(...)*

*3 - O número máximo de lugares dos estabelecimentos de bebidas é fixado de acordo com o disposto nas alíneas a), b), c) e e) do n.º 1.*

*(...) 5 - O número máximo de lugares dos estabelecimentos referidos no artigo 4.º é fixado em função da área destinada a cada um dos serviços.”*



O acesso a este piso por pessoas de mobilidade condicionada pode ser feito pelo mesmo elevador que nos leva até aos gabinetes de gestão, que se encontra depois do jardim interior, na entrada para a sala de exposições. O acesso por excelência faz-se por meio de uma escada no extremo nascente das salas do piso térreo e respetivo primeiro piso.

No piso térreo há uma porta de acesso para o pátio exterior do edifício onde haverá esplanadas pertencentes ao restaurante/café concerto.

### **Instalações sanitárias**

As instalações sanitárias do Restaurante, ocupam uma área pertencente ao Conjunto I, mas há acesso apenas pelo conjunto II, pertencendo a este último.

O estabelecimento contém mais de 100m<sup>2</sup> pelo que as instalações sanitárias segundo o mesmo decreto regulamentar, serão separadas por sexos, e cada sanita terá uma cabine própria, segundo o ANEXO I.

As instalações sanitárias do restaurante/café concerto seguem as mesmas regras das instalações sanitárias do auditório em número de loiças, pois não são diferenciados estes números no Decreto Regulamentar 4/99 de 1 de Abril.

Neste caso será necessário um urinol, e uma sanita para as instalações sanitárias dos homens, e duas sanitas para as instalações sanitárias das mulheres. Tendo em conta que a ocupação média por sexos é de 50% de cada.

Tomei esta opção de dimensionamento segundo o decreto regulamentar nº34/95 de 16 de Dezembro, pois o restaurante/café funciona como uma segunda bancada para o auditório.

Foi instalada uma instalação sanitária para pessoas com mobilidade condicionada igual às que estão no restante edifício. As portas das instalações sanitárias têm todas 80 cm de largura, sendo esta largura também adequada para passagem de cadeiras de rodas.

### **Conjunto III**

Neste conjunto ao entrar encontramos-nos na sala de projeções/conferências, integrada neste espaço para usufruir em simultâneo da presença e vivência dos artistas residentes, podendo-se vaguear pelos corredores entre os apartamentos e espaços de utilização livre e ver o seu trabalho.



No piso térreo, intercalado com os apartamentos, colocaram-se oficinas com funções a definir segundo a evolução das necessidades, havendo ao todo neste piso três oficinas e um espaço multiusos no extremo norte da sala de projeções/conferências.

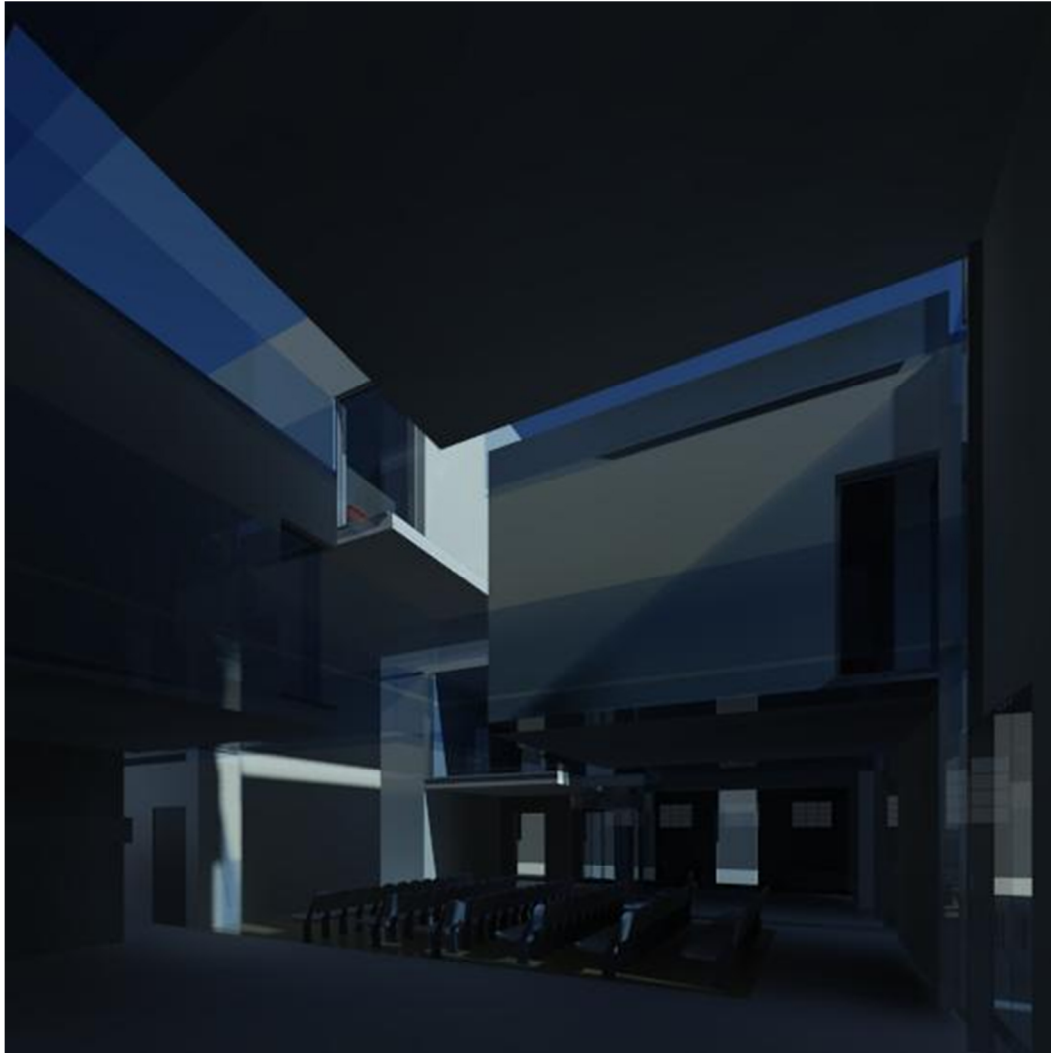


Fig.46 Sala de Projeções e envolvente

Foi desenhado também um varandim que possibilita a fruição de vistas para nascente e norte do edifício, fazendo a conexão com o pátio.

Neste conjunto semiaberto, vivendo-se plenamente o exterior do interior, faz-se de cada cubo um apartamento individual, não um bloco maciço e escondido em si mesmo, tendo cada um o usufruto da luminosidade, e das diferentes estações do ano de forma mais genuína.



Os artistas residentes aqui viverão não só em comunidade entre si, mas também numa breve comunhão com a “natureza”, que é essencial a qualquer retiro, seja de natureza espiritual, ou artística e simultaneamente recolhidos das hostilidades exteriores, e entregues apenas a admiradores do seu trabalho, genericamente falando.

Além da entrada pública feita pelo corredor “de respiração”, existe uma outra entrada mais a nascente do edifício, só para os residentes e funcionários.



Fig.46 Acessos verticais e circulação entre residências

#### **Sala de projeções/conferências**

Aqui existem 72 lugares sentados, havendo a possibilidade de desmontar cadeiras nas pontas das filas e à frente para colocar pessoas com mobilidade condicionada.

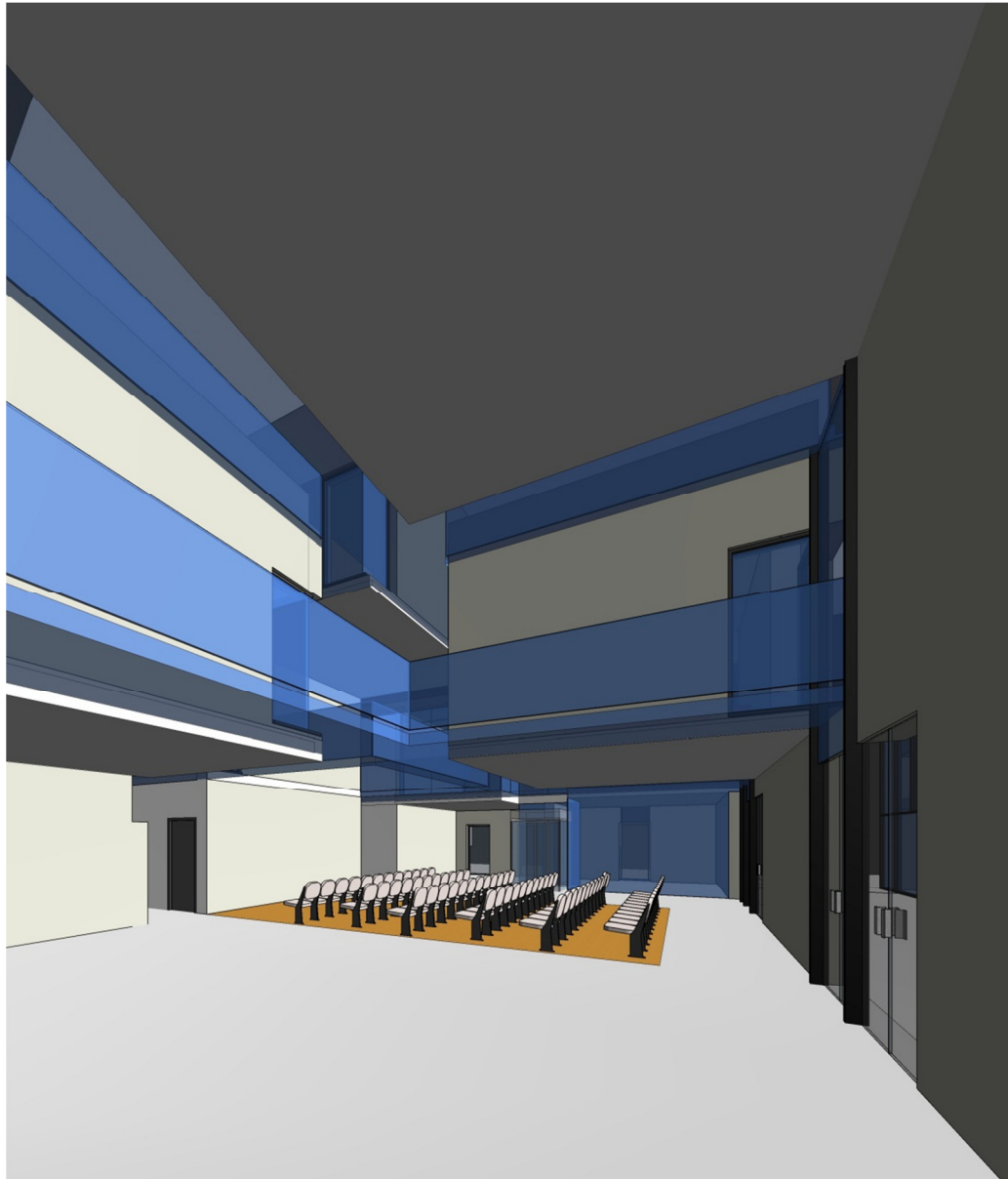


Fig.47 Sala de Projeções e envolvente

A disposição das cadeiras é intercalada, já que não existem desníveis no pavimento que permitam uma visibilidade desobstruída, estando as cadeiras alinhadas.

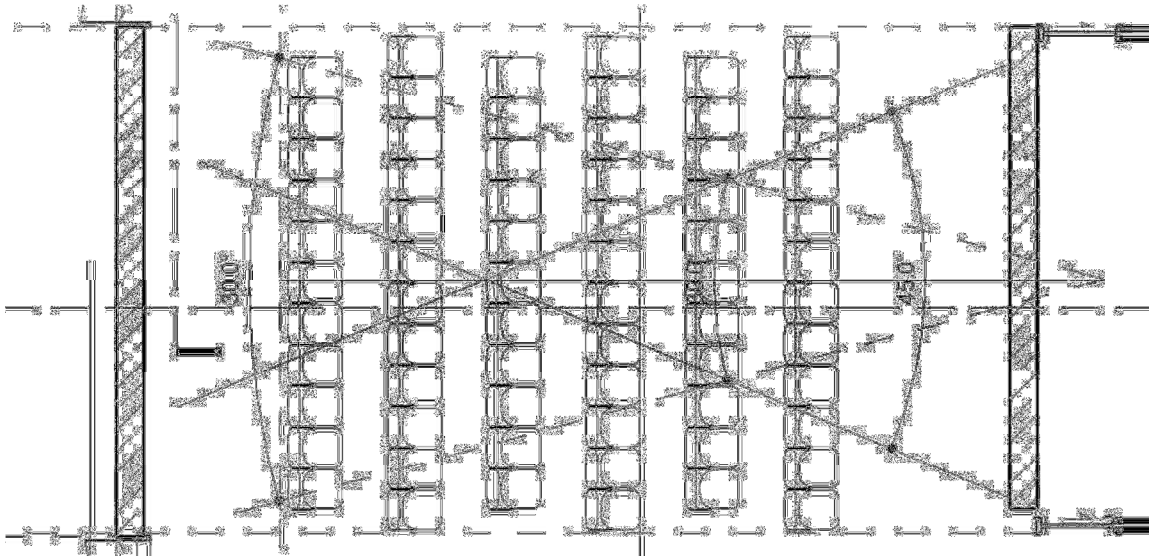


Fig.48 Estudo de visibilidade da sala de projeção, no caso para filmes de 16mm

Neste caso a área de visibilidade ideal, pode ter até 5x a largura da tela, sendo inferior, e todos os assentos estão dentro da visibilidade já que o ângulo de 45° não os chega a demarcar, entre o ângulo de 30° e 45°, não havendo área sombreada, ou seja de visibilidade prejudicada.

Foi criada por detrás da tela de projeção uma zona técnica de apoio à sala e instalações sanitárias, que poderão também servir os transeuntes.

O espaço da zona técnica, assim como a possibilidade de umas instalações sanitárias maiores é limitada pela posição da escada, que é estratégica no que se refere a questões funcionais e formais do todo do edifício.

### **Espaço multiusos**

Este espaço destina-se a trabalho dos artistas, sendo imensas as possibilidades de utilização, fazendo parte do “espetáculo” a integração com espaços que na sua génese seriam independentes uns dos outros. Poderá fazer-se aqui trabalhos de oficina, como escultura, pintura, performances, teatro experimental,...etc.



### **Oficinas**

A forma e áreas das oficinas, varia consoante as necessidades de espaço para os apartamentos a elas contíguos, uma vez que existe uma ligeira inclinação da parede pré-existente exterior, que impossibilita a estandardização das áreas, pois as funções dentro dos apartamentos e das próprias oficinas seriam prejudicadas.

### **Apartamentos**

Fez-se um modelo estandarte de apartamento, sendo toda a mobília retráctil.

Todos os apartamentos têm um bloco retráctil, onde se integra a cozinha, a despensa, o roupeiro e a sanita. A Cozinha, possuirá um fogão, um lava loiças, um lava-roupa, um forno, um micro-ondas e um exaustor, assim como um pequeno armário para loiça.

O lavatório e o duche colocam-se exteriormente a este bloco, sendo que a proteção do duche possuirá vidro fosco.

Haverá ainda um ou dois sofás-cama consoante a área disponível a ser ocupada, por um ou dois artistas. Todos os apartamentos têm uma ou duas janelas, para um “inter usufruto” entre transeunte e artista, servindo estas fenestraçãoes como galeria de arte, simultaneamente.



## **2º Piso**

### **Conjunto I**

Começando a explicação no mesmo sentido do piso térreo, e justificação das opções tomadas, teremos do lado direito da entrada principal, a escada que nos leva ao “último nível” deste conjunto, onde se encontra a ponte de passagem para o mosteiro, e outras dependências.

Neste patamar de escada, encontra-se uma entrada para uma zona técnica, com função a definir, segundo as necessidades, onde está integrado um espaço para instalações de água, gás, eletricidade, ar condicionado e esgotos, que pode ser acedido por portadas acima do nível de entrada da junta de freguesia.

Ao nível de cota (33.42) estão também outras instalações técnicas de água, gás, eletricidade, ar condicionado, e esgotos, por cima das instalações sanitárias da entrada principal.

#### **Gabinetes de Gestão**

No extremo sul da sala de exposições está um elevador que nos leva a uma diferente cota de nível (34.72), onde se encontram os gabinetes para gestão do espaço, com sala de espera; sendo três gabinetes divididos equitativamente, com certa de 21 m<sup>2</sup>; um arquivo com cerca 14 m<sup>2</sup>, ao lado de uma sala de reuniões com cerca de 16 m<sup>2</sup>, tendo estes uma parede lateral em contacto com o restaurante/café.

Este espaço de gestão, não está apenas interligado com os espaços de entretenimento, também está ligado por escada ao pátio exterior do “último nível” deste conjunto, contíguo ao hall de entrada para a ponte de acesso ao mosteiro, à cota de nível de (36.42).

Os gabinetes têm vista sobre a passagem coberta que liga o edifício à rua Araújo Guimarães, por uma parede toda em vidro no extremo norte destes.



## Conjunto II

### Espaço de controlo do auditório

À cota 33.12, estão os espaços associados à área da plateia, estando presentes todos os necessários, a um completo funcionamento da sala, sendo estes:

**Sala de observação** - O pessoal associado à produção pode precisar verificar as atividades sobre o palco a partir de uma sala dos fundos do auditório, com uma visão desobstruída do palco através de janelas de observação. A área mínima para este espaço é de 2x2 m.

**Sala dos dimmers** - Deve haver um espaço para mesa de controlo dos dimmers (controladores de iluminação), que é diretamente responsável por todos os instrumentos de iluminação do palco. A mesa também abriga os fusíveis individuais de todos os circuitos de iluminação do palco. Os dutos com cabos conectam a sala dos dimmers e todas as tomadas das instalações para a iluminação do palco, além das luzes de iluminação geral. Entretanto, a conexão entre a mesa dos dimmers e o controle de iluminação cénica, propriamente dito, não é uma instalação do sistema eléctrico geral.

A sala dos dimmers deve num que permita o acesso rápido, seja a partir do controle da iluminação ou desde o palco. Além disso, a sala dos dimmers geralmente contém o isolamento das redes de fiação do sistema de iluminação cénica. Em grandes instalações que possuem fontes trifásicas, todas as fases devem ser separadas individualmente.

**Sala de controlo de som** - Um espaço aberto em posição relevante no interior do auditório. O operador precisa ter uma visão desobstruída do palco e ser capaz de ouvir a apresentação. A sala contém uma mesa de controlo, mesas de equipamentos, alto-falantes com monitores e uma bancada para roteiros. O tamanho desta sala deve ser no mínimo de 3m de largura, 4,4 m de profundidade e 4,4 m de altura.

**Posição da sala de mixagem de som do auditório** - Para a mixagem dos sons amplificados do palco, deve haver um operador que precisa de ouvir exatamente o que a plateia escuta. O espaço deve ser plano e ficar no interior da área da plateia; a área mínima é de 2mx2m, com uma mesa de controlo de som com mixadores e uma barreira de proteção.



**Sala de controlo da televisão, do rádio e da gravação** - É uma sala de controlo separada à prova de som, com janelas de observação e uma visão desobstruída do palco. Ela acomodará os narradores/locutores e os funcionários encarregados do direcionamento das transmissões e das gravações. A área mínima é de 2mx2m, mas o ideal é que seja maior.

O acesso aos espaços associados à área da plateia é feito por um passadiço que faz ligação com a zona de apartamentos dos artistas, e com os camarins, onde há um monta cargas/elevador, para utilização dos artistas e outros fins.

## **Conjunto III**

### **Apartamentos**

À cota de nível 33.41, está o segundo conjunto de apartamentos, não só associados à fachada principal do edifício, para usufruto da atividade artística por quem passa na rua D. Pedro V, mas também, estão apartamentos no interior dos cubos, “suspensos”, fazendo lembrar um claustro, com dormitórios contemporâneos, associando-se aqui este espaço com dependências ao Mosteiro - Artistas como monges.

As áreas dos apartamentos diferem consoante a dinâmica da largura dos acessos em interligação com o restante edifício, e consoante os alinhamentos de paredes e restantes elementos, para haver uma leitura espacial harmoniosa.

A disposição interior dos apartamentos é igual à já descrita, no piso térreo.

### **Oficinas**

Foram colocadas três oficinas neste piso, para dinamizar este espaço, tentando não concentrar o mesmo tipo de funções, ligadas ao processo criativo dos artistas, uma vez que isto criará movimentação e inter-relação entre os ocupantes do espaço, e mesmo com os visitantes, quebrando a monotonia também. Poderá transportar-se material facilmente para este piso por um elevador que está integrado na oficina de maior área.



### 3º Piso

#### Conjunto I

Começando no mesmo sentido do piso térreo a explicação, teremos, do lado direito da entrada principal, a escada que nos leva ao “último nível” deste conjunto, onde se encontra a ponte de passagem para o mosteiro, que servirá também como acesso principal para pessoas com mobilidade condicionada, já que o Mosteiro não possui uma entrada direta para cadeiras de rodas.

O espaço interior de acesso a essa ponte é constituído por um varandim com um banco para descanso.

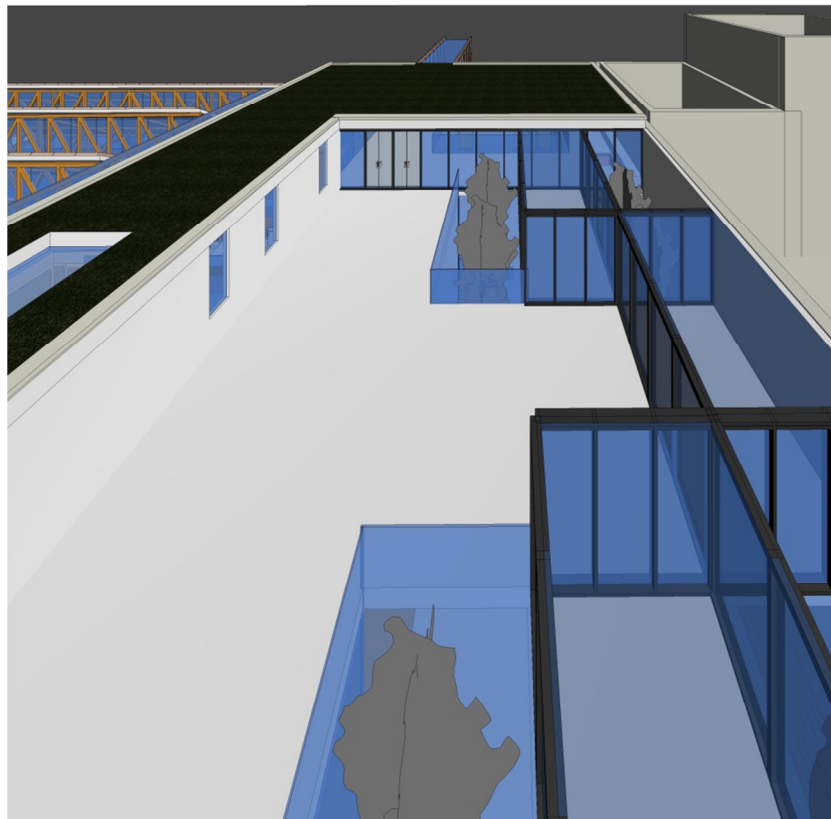


Fig.49 Área de repouso ao ar livre e depósitos de água recoletada



Para norte deste “hall”/varandim, está um espaço ao ar livre, com bancos de descanso, visibilidade para o jardim interior no piso térreo, sendo que este espaço sobre o espaço da junta de freguesia, da loja da e zona técnica.

Aqui estão instalados também três depósitos em vidro para armazenamento e recolha de água para reaproveitamento.

### **Camarins**

Os camarins embora não tenham como acesso principal este pátio do último piso deste conjunto, descrito anteriormente, têm uma porta, para os artistas poderem usufruir de um espaço de folga entre os camarins e o palco.

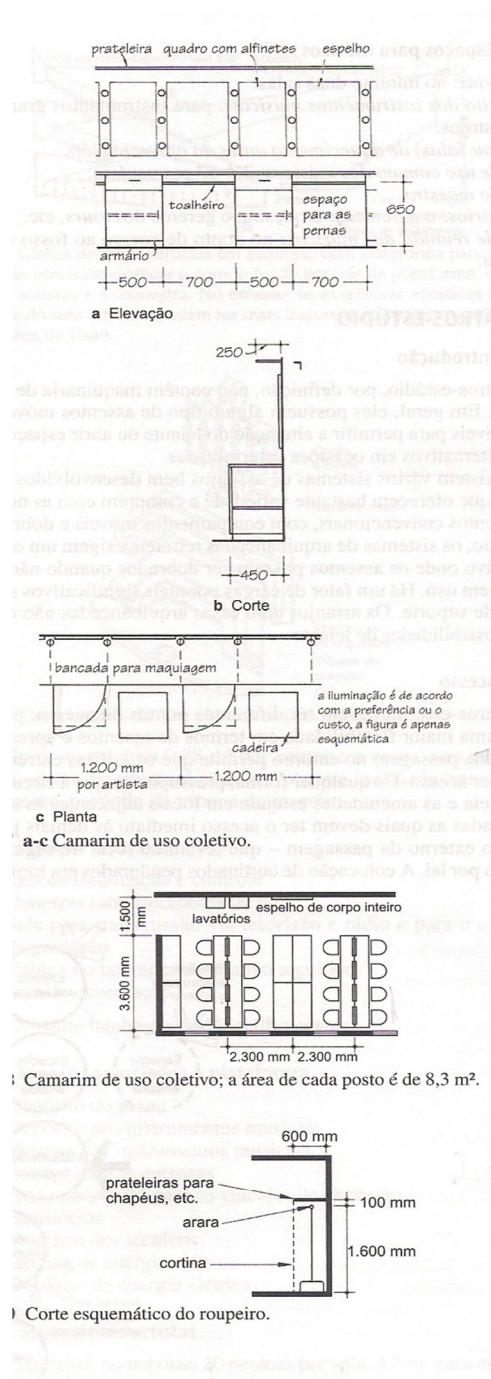
Este espaço possui:

- Entrega de figurinos
- Sala de maquilhagem
- Área de espera para visitantes e os assistentes dos camarins.
- Instalação sanitária.

O camarim feito, é de uso coletivo, em que as dimensões do mobiliário deste, é sugerido no livro “Manual do Arquiteto”, os desenhos que se seguem correspondem ao que foi feito em projeto:



Capítulo 2- Projeto/Proposta



a-c Camarim de uso coletivo.

Camarin de uso coletivo; a área de cada posto é de 8,3 m<sup>2</sup>.

l Corte esquemático do roupeiro.

Fig.50 “Manual do Arquiteto- Planejamento, Dimensionamento e Projecto” - Camarins

A entrada principal para os camarins é feita por um passadiço que vem dos apartamentos, que poderá servir como um “pré-camarim”, suprimindo as necessidades que restem do camarim feito para o auditório. Este passadiço atravessa o auditório ao mesmo nível dos camarins, uma vez mais procurando-se interação do público com toda a ambiência artística. Os artistas



acomodados em apartamentos, atravessarão o passadiço, e nos camarins farão os últimos preparativos para o espetáculo. Poderão usufruir do pátio exterior contíguo aos camarins, e ainda ao atravessar este para norte, e descendo uma escada, poderão ir ao café concerto...tudo em convivência com os visitantes, pensando-se na proximidade com os espectadores.

Para a entrada em espetáculo, descem pelo elevador que está nos camarins, que os levará, a uma área onde se poderão reunir antes de entrar, que coincide com a entrada e saída dos cenários, e depósito destes mesmos quando forem necessários para o espetáculo a decorrer.

## Conjunto II

Neste conjunto e a esta cota altimétrica, já não há ocupação.

### Cobertura do auditório

A este nível começa a cobertura do auditório, inspirada nas coberturas SHED, dos armazéns, fazendo-se uma vez mais uma ligação com os edifícios pré-existentes, na medida em que estes continuam a ser um armazém, formalmente, pois mantêm as suas características iniciais e acrescentando-se algo novo a estes, com esta cobertura, remetendo-os para a sua antiga função.

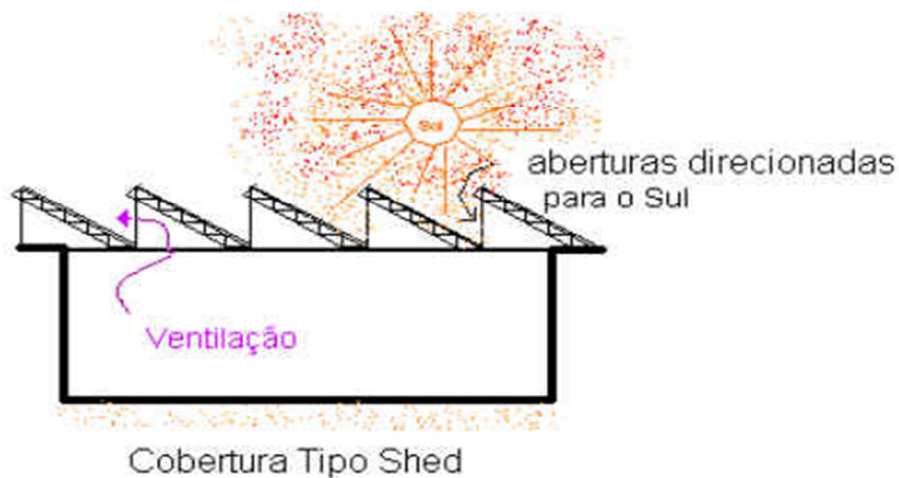


Fig. 51 Esquema elucidativo das vantagens técnicas da opção

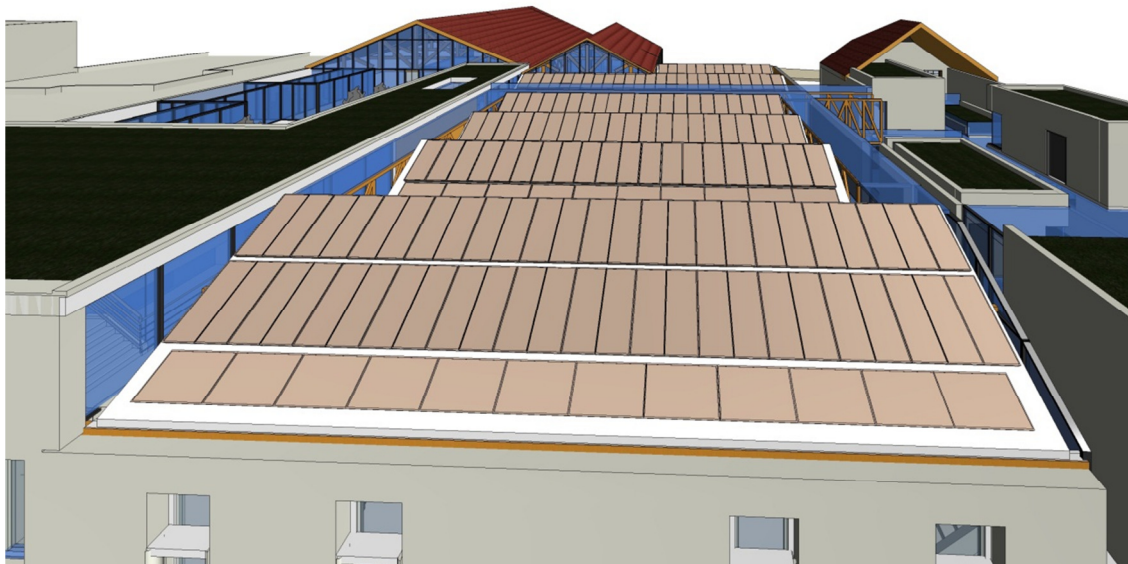


Fig.52 Cobertura do Auditório com painéis solares térmicos e fotovoltaicos virados a Sul

Alojados nesta cobertura estão painéis solares térmicos e fotovoltaicos, virados a sul, nunca posicionados a mais de 45°, para terem rendimento máximo, querendo-se que o edifício, seja o mais autossuficiente possível, suprimindo as suas necessidades em aquecimento de águas sanitárias e podendo vender energia elétrica à rede de abastecimento, eventualmente.

### Conjunto III

#### Apartamentos

Neste piso estão os restantes apartamentos, com a mesma disposição interior dos já citados, mas a este nível só têm acesso por escada. O número de apartamentos neste piso é de quatro.

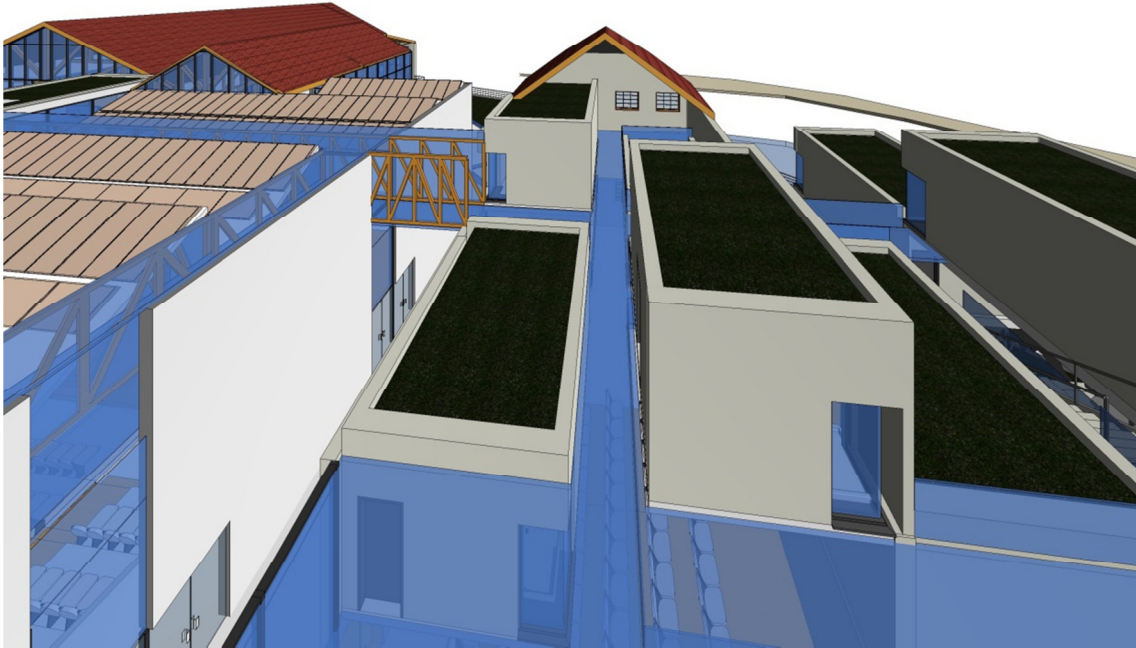


Fig.53 Vista do último piso de apartamentos

#### **Hortas/Jardins**

No módulo de apartamentos que confinam com a rua D. Pedro V, há uma cobertura que se pretende que seja uma horta, para uso dos artistas. Nas restantes coberturas estão previstos jardins.



### Pátio exterior do edifício

O pátio exterior do edifício é um local privilegiado para usufruir do conjunto histórico edificado, e do rio Alcoa.



Fig.54 Vista geral sobre o edifício



Fig.55 Vista sobre a fachada Norte do edifício

Existem ao todo cinco ligações do edifício com o pátio, sendo que uma delas, é uma passagem direta da Rua D. Pedro V para este pátio exterior.

Duas outras ligações são feitas respetivamente no extremo nascente e no extremo poente do edifício, ligando a saída a nascente com a Rua Silvério Raposo e a poente com a Rua Araújo Guimarães.

Este espaço resulta da subtração de ruínas dos antigos armazéns, estas sem qualquer sentido para este novo espaço, sendo que salvaguardou-se todo o edificado marcante, o pequeno



edificado foi retirado, sendo estes anexos de serviço dos armazéns, muitos deles detetam-se inacabados.

Mais do que salvaguardar todas as pré-existências, foi importante criar-se uma zona de fruição exterior, pertencente ao edifício, sendo um prolongamento do mesmo, não se querendo este fechado em si mesmo.

Para uma maior e melhor dinâmica deste espaço criaram-se duas plataformas, ligadas por uma rampa. A mais baixa, à cota 29.00 abriga uma loja, com função a definir, mas poderá servir como loja de material artístico ou venda de produtos regionais, sendo possível colocar-se mesas e cadeiras no exterior, e fruir de um espaço mais resguardado.

Nesta loja há a possibilidade de ter uns pequenos arrumos, ou tudo em exposição, tendo uma instalação sanitária, de uso comum.



Fig.56 Saída no extremo poente do edifício, que confina com a Rua Araújo Guimarães.



Na plataforma acima, à cota 30.42, desemboca a passagem direta da Rua D. Pedro V, uma porta que abre do Restaurante, onde poderá haver uma grande esplanada para usufruto deste espaço exterior, sendo que poderão decorrer também espetáculos ao ar livre, tais como teatro de rua, performances, instalações etc.

Esta plataforma à cota 30.42, é ligada ao extremo poente do edifício por uma discreta rampa, que faz o acesso à sala de exposições e a uma abertura permanente ligada com um logradouro, que faz a ligação com a rua Araújo Guimarães a um nível mais elevado.

Como efeito complementar, colocaram-se rasgos de iluminação no pavimento, sendo que estes estendem-se por toda a zona de passagem aberta permanente, marcando a função de “espaço exterior”, excetuando-se a passagem transversal, no meio do edifício, que liga à rua D. Pedro V, uma vez que esta é considerada um interior de transição, dado que a circulação interior do edifício depende também da passagem pela mesma.

Estes rasgos de luz foram desenhados segundo um traçado regulador no pavimento, tirando-se linhas paralelas ao limite de maior comprimento adjacente ao rio Alcoa, e puxando-se uma linha de ligação com a descontinuidade deste limite, ligando-o à descontinuidade central do edifício, que fica entre o armazém que contém o restaurante e o bloco do auditório. A partir destas linhas criaram-se paralelas com a finalidade de criar uma dinâmica “luminosa” e desenvolver um desenho.





### Estacionamento/ Cave

O número necessário de lugares de estacionamento segundo a portaria 216-B/2008 de 3 de Março, será:

Infraestruturas - estacionamento

Serviços:

3 lugares/100 m<sup>2</sup> a. c. serv. para establ. ≤ 500 m<sup>2</sup>.

5 lugares/100 m<sup>2</sup> a. c. serv. para establ. > 500 m<sup>2</sup>.

O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 30% para estacionamento público.

Tendo-se então:

$$3051,7520 \text{ m}^2 / 100 \text{ m}^2 = 30,5$$

$$30,51752 \times 5 = 152,6 \text{ Lugares de estacionamento}$$

$$+30\% \text{ para estacionamento público} = 45,8 \text{ lugares}$$

Neste projecto a cave para estacionamento dispõe apenas de 42 lugares, 3 deles para pessoas com mobilidade condicionada, localizados o mais perto possível da entrada para o edifício, que tem um elevador e escadas, protegidas por uma ante-câmara, contra incêndios. Aqui existe também uma área para arrumos, do lado direito da entrada para a escada.

A circulação automóvel só se faz num sentido, sendo a rampa com 19.7 % de inclinação, a saída para o exterior, também para ser utilizada por um carro de cada vez, havendo uma escapatória, antes da mesma, para outros esperarem antes de entrar na cave.

A cave possui ainda armazéns para arrumos, um com acesso directo a um monta-cargas, e três portões de entrada, e um armazém mais pequeno com entrada por este primeiro armazém.

Foi criada uma ampla zona técnica na cave, podendo vir a ser compartimentada para instalação, nomeadamente de equipamentos como: posto de transformação eléctrica, instalação de geradores eléctricos, máquinas de refrigeração de ar condicionado, equipamento de filtragem e bombeamento de águas reaproveitadas, transformadores e baterias de equipamento fotovoltaico, depósito de águas de aquecimento solar térmico e caldeiras, etc... todos os equipamentos que sejam necessários à exploração colectiva do edifício.

A razão pela qual o número de lugares de estacionamento não satisfaz o exigido por portaria, é devido à inconveniência de estar abaixo do nível do rio, uma possível segunda cave para estacionamento, podendo mesmo assim não ser suficiente para cumprir o exigido em portaria.



Segundo conteúdos da revista Espaços ADEPA - Revista de Património 2006:

*“(...)A Hidráulica Monástica teve uma importância relevante na concepção, implantação, desenvolvimento e exploração da Abadia de Alcobaça, incluindo o Conjunto Monumental Edificado e “Cerca”. O Sistema Hidráulico Cisterciense por um lado, e a matriz abacial por outro, ambos convivendo sobre plataformas aluvio-sedimentares em evolução, formavam um sistema de causa-efeito, condicionando-se reciprocamente na implantação, na concepção e na Arquitectura Abacial.*

*Embora marcadamente determinantes desses factores, os rios em Alcobaça são eles próprios modificáveis face às necessidades evolutivas ou expansivas da grandeza claustral, num cenário que padece dos efeitos das cheias resultantes da implantação delicada de Alcobaça na sua Planície Aluvionar e do efeito dos Climas Mediterrâneos.*

*Notáveis são também os trabalhos observados de movimentações e depósitos de terras.*

*Constata-se ter havido alteração na topografia e configuração locais, bem como a ocorrência de cheias com inundações de excepção, causando depósitos aluvionares de monta, bem como “assentamentos diferenciais” brutais nos claustros do Cardeal e da Biblioteca (Rachadouro) e no Palacio Abacial, com danos apreciáveis, temas estes ainda não devidamente estudados e investigados em Alcobaça. (...)”(J. Pedro Tavares, revista “Espaços ADEPA”, 2006, pág.16)*

*Nota: Assentamento diferencial- em construção civil, representa o abatimento de parte do edificado em relação a outra parte do mesmo edificado, geralmente causado por mau funcionamento das fundações ou por desigual comportamento dos terrenos de fundação.*

*“(...) A compactação devida dos solos baseia-se em quatro factores principais: natureza dos materiais a compactar, sua granulometria, condições de humidade e meios e processos utilizados na execução.(...)” (J. Pedro Tavares, revista “Espaços ADEPA”, 2006, pág.16)*

*“A partir do séc. XVI e do tempo dos Cardeais Príncipes e Comendatários de Alcobaça e de todo o fervor construtivo dos séculos seguintes, como refere D.Maur Cocheril, a necessidade construtiva levou à deslocação e re-implantação do rio Alcoa, de modo a permitir o lançamento de pelo menos mais dois claustros: Claustro do Cardeal e o mais jovem Claustro do Rachadouro (ou da Biblioteca).*

*Deste modo, a grande cheia de 1772 apanhou esse processo e, ensopando completa e demoradamente de água todos esses terrenos mexidos numa amplitude ainda nunca alcançada, causou estragos de magnitude catrastófica em muitas das instalações monásticas, com especial incidência nos Claustros referidos, em extensões e expressões significativas,*



*provocando quebras, torturas e desfasamentos de edifícios, além de ocasionar certamente depósitos aluvionares impressionantes, que houve que remover.(..)”(J.Pedro Tavares, revista “Espaços ADEPA”, 2006, pág.25 e 26)*

Por este texto se deduzirão os riscos, em fazer mais pisos abaixo de terra, assunto que foi conversado com o Arqº Manuel Ferro, sendo também coorientador deste projecto, e da mesma opinião, de não se fazer mais do que um piso cavado para estacionamento, uma vez que está salvaguardado no plano da cidade, que a área abrangida pelo projecto deste estudo seja uma zona pedonal. Uma segunda razão é a de estar previsto no Plano de Pormenor da Cova da Onça, que fica nas imediações do edifício deste estudo, um grande parque de estacionamento.

#### **Caracterização Exterior do Edifício**

A volumetria exterior segue à risca as pré-existências, sendo que num dos armazéns, do conjunto III, cortou-se 2/3 da cobertura, com duas intenções, a primeira era para libertar o “claustro” dos apartamentos, para este ter luminosidade natural, e a segunda, foi para dar como evidente uma intervenção posterior no edificado antigo, já que os armazéns vão ser reabilitados, para o cidadão comum, poderia não ser evidente esta reabilitação, marcando-se assim este telhado com um corte na cobertura, como se de algo “a mais” se tratasse, e sublinhando-se de forma inequívoca as diferenças entre o antigo, ou mesmo muito antigo, e o que é novo.

A Fachada Principal (sul), mantêm-se como era no lado a nascente da passagem central pelo edifício, sendo que a ponte faz-se uma abertura de fenestração semelhante ao lado da fachada mais a nascente, mas sem a moldura que alude às antigas janelas dos armazéns, normalizando a estética de conjunto. A sequência das novas janelas respeita o ritmo das pré-existentes, sendo agrupadas em pares, e o lugar das antigas janelas é respeitado e mantido, sendo a moldura a sua marca.

Estas molduras criam ritmo na fachada pelo seu desfasamento com as janelas de sacada propriamente ditas, e alude à antiga cota de rua.

Preferiu-se utilizar a mesma estética para o local onde era a junta de freguesia uma vez que ia quebrar a linguagem de conjunto, não tendo este edifício grande relevância histórica, tratando-se de antigas casas de banho públicas, e não resultando numa harmonia de conjunto.



Fig.58 Vista geral sobre o edifício proposto

A nascente junto à entrada privada para a residência artística, foi mantida uma parede de pedra, que se encontrava no edificado pré-existente a “nu”, e pintou-se de branco a restante fachada a sul, tal como sugere a pintura que ainda restava na fachada.

Acrescentaram-se blocos de apartamentos, mantendo-se o “jogo” de simetrias e assimetrias em todo o conjunto da residência, sendo que por vezes os tamanhos dos apartamentos não resultam iguais devido ao espaço de circulação obrigatório, e aos alinhamentos de volumes, evitando-se assim assimetria de conjunto.



A cêrcea dos novos volumes, não vai além da do edifício confinante a poente do edifício, sendo que a altura dos telhados dos armazéns é mantida, sendo apenas modicado o revestimento da cobertura do armazém mais a poente, mudando-se de perfis laminados para telha Marselha, existente nas restantes coberturas, com o fim de uniformizar a linguagem.



Fig.59 Fachada Sul do edifício proposto, Rua D. Pedro V - vista completa



Fig.60 Fachada Sul do edifício proposto, Rua D. Pedro V - vista parcial

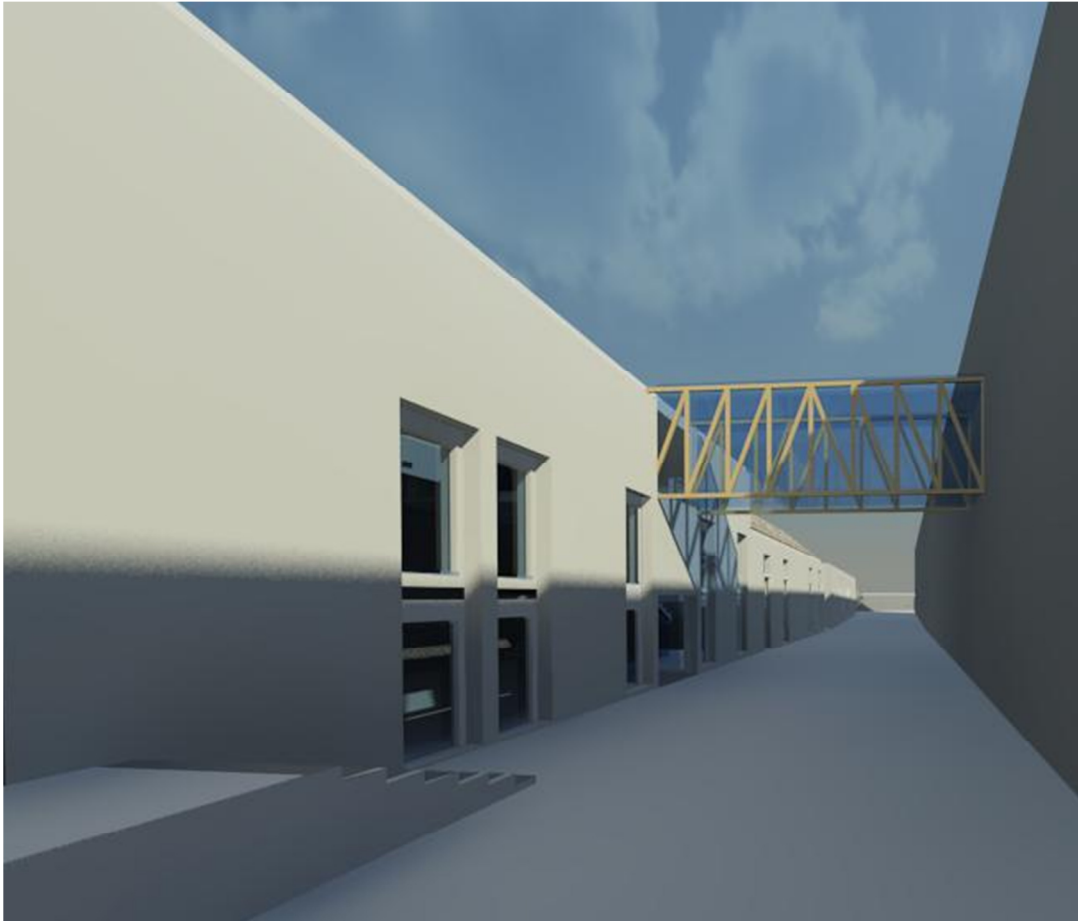


Fig.61 Vista da entrada do edifício proposto e da ponte de ligação ao Mosteiro



Fig.62 Vista geral nordeste do edifício proposto



Fig.64 Vista geral norte do edifício proposto

A Fachada Norte, embora entre em contraste com a sobriedade de quem contempla a Fachada Sul, é apenas uma revelação histórica que se abre às vistas do Rio Alcoa, onde se manteve mais uma vez a linguagem pré-existente, mas fizeram-se acrescentos com uma linguagem contemporânea, de linhas rectas, que procura ir ao encontro do reticulado de cêrceas do centro histórico de Alcobaça, sendo que a abertura de grandes vãos procura encontrar-se com a estética medieval gótica, da verticalidade e “encontro com a luz”, que representaria o divino.

Os restantes vãos, menos alongados, são apenas pré-existências, que se procuraram manter como valor rememorativo do edifício.

#### **Justificação do edifício face ao Património**

“As intervenções num bairro ou em uma cidade histórica devem realizar-se com prudência, sensibilidade, método e rigor. Dever-se-ia evitar o dogmatismo, mas levar em consideração os problemas específicos de cada caso particular.” (Carta de Washington 1987).

Não deixando de ter em conta todos os valores e estudos antecedentes com a finalidade de justificar a conservação e culto dos monumentos, há que ter presente, mais do que a panóplia histórica, uma síntese, sendo esta extraída de um estudo ainda hoje atual realizado no final do século XIX por Alois Riegl, com o fim de preparar legislação para a conservação dos monumentos na Áustria - O Culto Moderno aos Monumentos.



Neste estudo, Riegl, mais do que um apanhado histórico da conservação dos monumentos, faz uma justificação de “atos pertinentes” a utilizar para cada “estado de conservação” dos monumentos.

Assim, e considerando os diversos conceitos desta obra, pretende-se justificar as opções feitas neste projeto, não se enumerando todos eles, mas fazendo-se uma abordagem, direta e concisa, relativamente ao trabalho em curso.

Os edifícios pré-existentes no local deste projeto pertencem à categoria de monumentos «não intencionais», todavia para o Homem da atualidade estes edifícios que “(...) *em geral só pretendiam satisfazer certas práticas ou ideias próprias de sua época, como de seus sucessores mais imediatos, e que seguramente não pensaram em deixar às gerações de séculos posteriores, testemunhos da vida e da criação artística e cultural próprias, valeu-lhes a denominação de «monumento» que apesar de se dar a estas obras, não pode ter um sentido objetivo, mas sim somente subjetivo - pois o carácter e significado de «monumentos» não corresponde a estas obras em virtude de seu destino original, mas sim somos nós, sujeitos “modernos” que lho atribuímos(...)*” (Riegl, 2008, página 29), tendo este conjunto edificado um valor rememorativo.

Não se sendo “partidário” do valor de antiguidade, não só por ser extremista, e não combinar com o estilo de edifício pré-existente desta dissertação, uma vez que não se trata de apreciar o estado de degradação do mesmo, e o seu ciclo de vida, até à ruína, nem do valor histórico, não se conservando intacto, sem “novidade” o existente, e sem acrescentar melhoria e uso, e uma vez que o edificado é relativamente recente (anos 50 do século XX), apela-se aqui ao valor de contemporaneidade, sobre o qual todos os monumentos passíveis de ser reutilizados, com novas funções ou similares às primeiras, devem-no fazer, principalmente quando se trata de obras que estamos habituados “(...) *a ver como instrumentos plenamente utilizados pelo homem, que nos chama a atenção de um modo desagradável ao deixar de ter o uso que estamos habituados, produzindo assim a impressão de uma destruição violenta, também insofrível para o culto do valor de antiguidade (...)*” (Riegl, 2008, página 75), e mais se o aglomerado envolvente não se encontra nas mesmas circunstâncias.

Aqui, e opostamente ao valor de antiguidade, entra o valor de novidade, que é o “perfeito acabado” do novo, recém-criado, que se manifesta, na sensibilidade das “massas” tal como o valor de antiguidade - com evidente valor, uma história para contar, no caso do valor de novidade: “com a força e pujança do que é jovem, e por isso, atraente e valioso”.



A conceção moderna exige da obra humana recém-criada um carácter acabado impecável de forma e cor, assim como também de estilo, a obra moderna há-de recordar o menos possível as obras mais antigas, tanto na conceção como no tratamento detalhado de forma e cor.

Assim procurou-se manter os corpos edificados com melhor conservação, fazendo sempre referência às ruínas relevantes que através do «valor de novidade», isto é, novas edificações com novas funções, continuando a permanecer algumas memórias das ruínas mais relevantes.

Assim, se justifica-se a junção de uma linguagem contemporânea e um traçado anterior, “antigo”, fazendo-se o possível para o integrar na envolvente urbana, pelo reticulado da sua cêrcea, e com o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, pela sua verticalidade de elementos, aproximando-se da estética medieval gótica.

#### **Da Sustentabilidade**

O propósito desta abordagem sobre a sustentabilidade é enunciar algumas medidas previstas e outras possíveis de implementar nesta proposta de edificado, a aprofundar em estudo e conhecimento dos conceitos de arquitetura sustentável.

As medidas previstas são:

##### **Coberturas Ajardinadas e Inclínadas**

Todas as coberturas recolhem e armazenam água, que será filtrada e usada para fins não potáveis, como sanitas e rega e outros usos exteriores. O armazenamento é feito conjuntamente com as águas cinzentas do edifício em cisterna na cave e reutilizada.

Prevê-se a recolha de todas as águas pluviais nos limites exteriores do edifício, havendo depois canalização da água até a um sistema de filtragem e aproveitamento de águas, instalado na zona técnica da cave. Depois de filtradas as águas serão armazenadas nos depósitos do Conjunto I, 3º Piso.

##### **Coletores solares térmicos e fotovoltaicos**

A cobertura Shed do auditório é um elemento dominante na arquitetura deste projeto. Projetou-se com a preocupação de ser suporte à instalação de um sistema de coletores solar térmico em paralelo com um sistema fotovoltaico, com a melhor orientação solar possível e “perfeita” integração arquitetónica.



As medidas possíveis são:

#### **Sistema Geotérmico**

Adoção de um sistema tipo piso radiante enterrado abaixo da cota das fundações para captação da energia térmica do solo e um sistema de piso radiante para distribuição dessa energia térmica pelos pisos principais do edifício. O permutador ou bomba de calor ficará instalado na zona técnica da cave.

#### **Ventilação natural**

Ventilação através de tomadas de admissão de ar, por condutas no muro exterior da cave fronteiro ao Rio Alcoa, com condução pela cave e distribuição aos diversos pisos interiores do edifício, que permitirá uma livre circulação do ar ascensional e saída por vãos envidraçados junto aos tetos.

Ventilação autorregulada, através da admissão controlada de ar por ventiladores a colocar ao nível da verga da fenestração das fachadas principais. Esta ventilação autorregulada destinar-se-á sobretudo a garantir a qualidade do ar interior e a eliminação da humidade atmosférica ambiente ao longo de todo o ano.

#### **Iluminação natural**

Prevê-se nas coberturas a instalação de cilindros tubulares refletores de iluminação natural, de modo a evitar a utilização de luz artificial durante o dia, nas zonas menos iluminadas por vãos de janela normais. Eles permitem a entrada parcial da luz natural, ao mesmo tempo que criam uma luminosidade difusa, evitando o desconforto visual por vezes criado por excessiva luz direta.

#### **Caixilharia**

Preconiza-se a adoção de uma caixilharia de um único tipo para todos os vãos, de perfil de madeira pelo interior e revestimento a folha/capa de alumínio pelo exterior com corte térmico portas e janelas giratórias vidro duplo com 16mm de argon tipo Guardian e vidros de baixa emissividade, sem caixa de estores. Para sombreamentos prevê-se a colocação de estores interiores, em todos os vãos, com comando interior a recolherem em espaço de reduzida dimensão.



### **Privilegiar-se a opção por soluções existentes na região**

Tal como a definição de energia primária incorporada PEC indica, os custos e impactos de transporte devem ser motivo de escolha de materiais, do mesmo modo que uma consciência social e moral nos deverá levar a optar por soluções técnicas, materiais e recursos humanos existentes na região, com o objetivo de contribuirmos para a economia local.



*Capítulo 2- Projeto/Proposta*



## **Conclusões e Considerações Finais**



*Conclusões e Considerações Finais*



## Capítulo 3

### 1- Conclusões e Considerações Finais

As considerações e conclusões tidas como pertinentes foram elaboradas ao longo deste trabalho, pelo que procurar-se-á fazer uma síntese dos aspectos fundamentais que aqui se desenvolveram.

#### Considerações de ordem teórica

Numa última análise de todo o processo efectuado ao longo deste trabalho, julga-se necessário considerar que, ser sensível a uma integração de um edifício num centro histórico, é algo subjacente à população em geral, portanto, quase senso comum, em que o valor do que é novo, isto é, recente ou em bom estado de conservação, se sobrepõe à “nostalgia” da ruína.

Quando de um contraste com a envolvente urbana se trata, e mesmo quando o edifício não corresponde cronologicamente a um tão avançado estado de degradação, passa de algo que seria possivelmente “romântico”- como as ruínas de um castelo medieval em desagregação - a algo abrupto e desagradável.

A reabilitação e conservação do existente não torna-se pertinente, sendo que o edificado terá sempre um valor rememorativo, mesmo sendo um monumento «não intencional» e subjetivo, que “(...) *em geral só pretendiam satisfazer certas práticas ou ideias próprias de sua época, como de seus sucessores mais imediatos, e que seguramente não pensaram em deixar às gerações de séculos posteriores, testemunhos da vida e da criação artística e cultural próprias, valeu-lhes a denominação de «monumento» que apesar de se dar a estas obras, não pode ter um sentido objetivo, mas sim somente subjetivo - pois o carácter e significado de «monumentos» não corresponde a estas obras em virtude de seu destino original, mas sim somos nós, sujeitos “modernos” que lho atribuímos(...)*” (Riegl, 2008, página 29), mas além disso, facilita muito a integração de um novo projeto/proposta para o local.

Atendendo só ao enquadramento urbano poderia tornar-se numa tarefa muito mais morosa e difícil, projetando-se algo completamente de raiz e nunca se obtendo o mesmo significado ao contemplar-se o resultado obtido, pois a “paixão” pelas nossas memórias não seria apelada.

#### Conclusões práticas

Chegados à versão final, o trabalho de projeto afigura-se-me como uma carta ou texto nunca acabado e sempre a inspirar-nos nova revisão e reforma de conteúdos e mensagens. Não fora



*Conclusões e Considerações Finais*

este um trabalho quase solitário, seguramente a expressão hoje apresentada como final, seria diferente. Apesar da autoria sobram-nos, nesta altura, críticas possíveis, entre elas:

- a) Os espaços para trabalho poderão revelar-se insuficientes, dado que as artes plásticas, poderão ter formatos de grandes dimensões a concretizar, ou mesmo o número de oficinas seja insuficiente para a quantidade de “modalidades” hoje existentes nas artes.
- b) Há a necessidade de se desenhar uma estrutura possível (e simples) para os passadiços em vidro que fazem a ligação dos apartamentos “suspensos”. Que se pretende que sejam em aço ou madeira laminada.
- c) Poder-se-ia ter feito um pré-dimensionamento estrutural do edifício.
- d) Poder-se-ia ter aprofundado os aspectos de construção sustentável no edifício.
- e) Como positivo regista-se a receptividade e partilha de ideias nesta concepção por parte do Arqtº Diretor de Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Alcobaça, que em conjunto, técnicos e decisores políticos em boa verdade, decidirão da maior relevância, oportunidade e mais valia da presente proposta.



*Bibliografia*

## **Bibliografia**



*Bibliografia*

# Bibliografia

## A. BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO CONSULTADOS

- Câmara Municipal de Alcobaça
- Biblioteca Municipal de Alcobaça
- Direção de Serviços Técnicos - Instituto Politécnico de Leiria - Consulta do projeto, da Escola Superior de Artes e Design, das Caldas da Rainha do Arq.º Victor Figueiredo, prémio Secil de 1998.

## B. BIBLIOGRAFIA

### 1. Bibliografia Específica

- AA.VV. - **Avaliação Estratégica das Condições de Desenvolvimento do Concelho de Alcobaça** - SaeR, Lda, 2004.
- COCHERIL, Dom Maur - **Alcobaça - Abadia Cisterciense de Portugal**. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- FERREIRA, Maria - **A Cultura e a Arte em ambiente Cisterciense**. ACD Editores, 2011.
- MARQUES, Maria - **Por Terras dos Antigos Coutos de Alcobaça - História, Arte e Tradição**. Alcobaça, 1994.
- MARQUES, Maria - **Toponímia Alcobacense**. Tipografia Alcobacense, Alcobaça, 1992.
- MARQUES, Maria - **Toponímia Alcobacense**. Tipografia Alcobacense, Alcobaça, 2000.
- MARQUES, Maria - **Um Século de História de Alcobaça 1810 - 1910 - Chalets e Palacetes do Romantismo Tardio**. Tipografia Alcobacense, 2003.
- NEVES, Manuela - **Alcobaça - Rossio 1820-1936**. Carpe Diem Edições, 2001.
- SAMPAIO, Jorge e PEREIRA, Luís - **100 Anos de Comércio em Alcobaça**. Câmara Municipal de Alcobaça, 2001.

## 2. Bibliografia Geral

- AA.VV. - **A Grande História de Arte - Arte em Portugal**, nº19. Porto Editora, 2006.
- AA.VV- **Álvaro Siza - 1958-1994**. El croquis 68/69, 1994.
- BOESIGER, Willy - **Le Corbusier**. Martins Fontes, 1998.
- CECCARINI, Ivo - **A composição da Casa - Projecto Modular**. Editorial Presença, 1988.
- CHOAY, Françoise - **Alegoria do Património**. Edições 70, 2010.
- CHOAY, Françoise - **As questões do Património - Antologia para um combate**. Edições 70, 2011.
- CHING, Francis; JUROSZEK, Steven - **Representação Gráfica para Desenho e Projeto**. Editorial Gustavo Gili, SA, 2001.
- COHEN, Jean Louis- **LE CORBUSIER**, TASCHEM.
- CONSALEZ, Lorenzo - **Maquetes - A representação do espaço no projecto arquitectónico**. Editorial Gustavo Gili, SA, 2001.
- CONSEIL DE L' EUROPE - **Topographie Cistercienne - Les abbyes cisterciennes fondées avant 1500**. Strasburg, 1990.
- COUNCIL OD EUROPE - **Cistercian Iteneraries - Setting up a type of cultural itenerary**. Strasburg, 1991.
- CROFT, Vasco - **Arquitectura e Humanismo - O papel do arquitecto, hoje, em Portugal**. Terramar, 2001.
- CULLEN, Gordon - **Paisagem Urbana**. Edições 70, 2008.
- BOESIGER, Willy - **Le Corbusier**. Martins Fontes, 1998.
- DABNER, David - **Guia de Artes Gráficas: DESIGN E LAYOUT - princípios + decisões + projectos**. Editorial Gustavo Gili , 2006.
- FERNANDES, Fátima; CANNATÁ, Michele - **Eduardo Souto de Moura - Estádio Municipal de Braga**. Livraria Civilização Editora, 2007.
- FLECK, Brigitte - **Álvaro Siza**. Relógio e Água Editores, 1999.



*Bibliografia*

- GOITIA, Fernando Chueca - **Breve História do Urbanismo**. Editorial Presença, 2006.
- HEMENWAY, Priya - **O código Secreto - A fórmula misteriosa que governa a arte, a natureza e a ciência**. EVERGREENN GmbH, 2010.
- JODIDIO, Philip - **Álvaro Siza**. TASCHEN, 1999.
- JODIDIO, Philip - **ANDO - Complete Works**. Taschen.
- JODIDIO, Philip - **Novas formas na arquitectura - A arquitectura dos anos 90**. TASCHEN, 2001.
- JODIDIO, Philip - **Santiago Calatrava**. TASCHEN, 2003.
- KNOLL, Wolfgang; HECHINGER, Martin - **Maquetas de Arquitectura**. Ediciones Gustavo Gili, Barcelona, 2001.
- LAMAS, José - **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- LITTLEFIELD, David - **Manual do Arquitecto- Planejamento, Dimensionamento e Projeto**. Bookman, 2011.
- LYNCH, Kevin - **A Imagem da Cidade**. Edições 70, 2008.
- MOLA, Francesc - **The Sketch Book**. LOFT Publications, 2010.
- MONTENEGRO, Gildo A. - **Desenho Arquitetônico**. Editora Edgard Blücher LTDA, 2002.
- NIEMEYER, Oscar . **Conversa de Arquitecto**. Papelmunde, SMG, Lda, 2007.
- PINO, Scaglione; BURLANDO, Eleonora - **Exploring contemporary age**. LISt.
- POULOT, Dominique - **Patrimoine et Modernité**. L'Harmattan, 1998.
- RIEGL, Aloïs - **El culto moderno a los monumentos**. A. Machado Libros, 2008.
- RODRIGUES, Luís - **Património Sustentável -(Re) Pensar A Arquitectura - Estudos de Exemplos Paradigmáticos**. Universidade da Beira Interior, Faculdade de Engenharia Civil e Arquitectura, 2009.
- SIZA, Álvaro - **Imaginar a Evidência**. Edições 70, 1998.
- ZERBST, Rainer - **Antoni Gaudi - The Complete Buildings**. TASCHEN, 1997.

## 2. Publicações Periódicas

- AA.VV - **Requalificação Urbana - Urban Redevelopment, #018**. Casal de Cambra: Arquitectura Ibérica, Caleidoscópio.
- AA.VV. - **Oeste Cultural - Revista de Cultura e Teoria, nº1**. Torres Vedras: ADRO: Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste, 2002.
- AA.VV. - **Espaços ADEPA 2 - Revista de Património**. ADEPA, 2006.
- AA.VV. - **Music and Theater, Serie 2009 - 3**. Detail Konzept. Institut für internationale Architektur, München, 2009.
- AA.VV. - **Contra-Regra - Agenda de Actividades do Cine-Teatro Municipal de Alcobaça, nº1**. Alcobaça, 2004.

## 3- Documentos

- AA.VV.- **URBCOM - Projecto de Urbanismo Comercial - Projecto de Reconversão e Requalificação dos Espaços Públicos**. Alcobaça, 2001.
- Arqtº Ferro, Manuel - **Reflexos do Desenvolvimento Urbano e das Alterações da Estrutura Social dos Centros Históricos - O Caso de Alcobaça**, 1996.
- Cenicacelaya, Javier; Baganha, José - **Arquitectura Tradicional e Sustentabilidade**, 2004.
- Froner, Yacy Ara - **Património Histórico e Modernidade: Construção do Conceito a partir da noção de Revitalização de Sítios, Monumentos e Centros Urbanos**.

## 4- Leis e Decretos-Lei

- Decreto-Lei nº 315/95, de 28 de novembro;
- Decreto Regulamentar nº 34/95, de 16 de dezembro;
- Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro;
- Portaria nº 1532/2008, de 29 de dezembro;
- Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro;
- Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto;
- Decreto-Lei nº 309/2002, de 16 de dezembro;
- Decreto-Lei nº 268/2009, de 29 de setembro;
- Decreto Regulamentar nº 4/99, de 1 de Abril;
- REGEU - Regulamento Geral das Edificações Urbanas;



#### Bibliografia

- Plano Director Municipal de Alcobaça.

#### 5- Bibliografia Electrónica

- [www.icomos.org](http://www.icomos.org)
- [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)
- [www.byrneaq.com](http://www.byrneaq.com)
- [www.igac.pt](http://www.igac.pt)
- <http://www.monumentos.pt>
- <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/index.jsp>



*Bibliografia*